



CSHG Jive *Distressed & Special Sits Allocation IV* FIC FIM CP IE

O U T U B R O 2 0 2 2

Material de divulgação referente à oferta pública de cotas do CSHG Jive Distressed & Special Sits Allocation IV Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior (CNPJ/ME n.º44.428.854/0001-49) ("Fundo") da Instrução CVM 555/2014 [<https://www.credit-suisse.com/br/pt/private-banking/ofertas-publicas.html> ou [<http://www.mafdtvm.com.br/>]

Este Material de Divulgação não poderá ser copiado, reproduzido, encaminhado ou disponibilizado a quaisquer terceiros, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio e por escrito da MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. Canal de atendimento CSHG: DDG – 0800 558 777 – (www.cshg.com.br/contato)

Canal de atendimento MAF DTVM: 55 21 4560 1000 –(faleconosco.maf@modal.com.br). Para reclamações junto à MAF DTVM, a MAF DTVM pode ser contatada pelos seguintes canais: (i) via Ouvidoria, no número 0800 466 0200 ou e-mail para ouvidoria.maf@modal.com.br; ou (ii) via Canal de denúncias, no e-mail canaldenunciascompliance.maf@modal.com.br.

Leia o regulamento do Fundo ("Regulamento") antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco.



1. CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 22, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 555, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ALTERADA (**"INSTRUÇÃO CVM 555"**), A PRESENTE OFERTA FOI SUBMETIDA A REGISTRO AUTOMÁTICO NA CVM. CONFORME DISPOSTO NOS ARTIGOS 119, §9º, E 129, INCISO IV, DA INSTRUÇÃO CVM 555, AS COTAS DO FUNDO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES PROFISSIONAIS, ASSIM DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO CVM Nº 30, DE 11 DE MAIO DE 2021, CONFORME ALTERADA (CONFORME APLICÁVEL, NOS TERMOS DO REGULAMENTO, **"INVESTIDOR"**).

2. A CONCESSÃO DO REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

3. Este Material de Divulgação: (i) foi preparado exclusivamente como material de suporte às apresentações para potenciais investidores, relacionadas à oferta pública de distribuição das cotas do Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM 555 (**"Oferta"**); (ii) não implica, por parte da MAF DTVM S.A., CNPJ: 36.864.992/0001-42 (**"Intermediário Líder"**), na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta, e da CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A., CNPJ: 61.809.182/0001-30 (**"CSHG"**) e, em conjunto com o Intermediário Líder, (**"Coordenadores"**), na qualidade de coordenador contratado da Oferta de cotas do Fundo, qualquer declaração ou garantia com relação às informações aqui contidas e às expectativas de rendimentos futuros e/ou do valor principal investido, bem como o julgamento sobre a qualidade do Fundo e de suas cotas; (iii) não será atualizado, exceto se exigido pelas normas em vigor; e (iv) não constitui oferta e/ou recomendação e/ou solicitação para subscrição ou compra de quaisquer valores mobiliários, sendo que as informações aqui contidas não devem ser utilizadas como base para a decisão de investimento em valores mobiliários. Os Coordenadores e seus representantes não se responsabilizam por quaisquer perdas que possam resultar de decisão de investimento, pelo Investidor, tomada com base nas informações contidas neste Material de Divulgação. A CSHG atuará como coordenadora contratada da oferta de cotas do Fundo. Neste contexto, na qualidade de coordenadora contratada, a CSHG será remunerada pelo Fundo.

4. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. As informações presentes neste material são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes. As cotas objeto da Oferta serão registradas na B3.

5. Menções a Jive ou Jive Investments referem-se, conforme o caso, à Jive Asset Gestão de Recursos Ltda, CNPJ: 13.966.641/0001.47 (**"Jive Investments"**), à Jive Investments Consultoria Ltda., CNPJ: 12.600.032/0001-07 (**"Jive Consultoria"**).

6. Menções a **"Ativos Distressed"**, **"Ativos Imobiliários"**, **"Ativos Situações Especiais"**, **"Ativos de Crédito"**, **"Ativos Novas Oportunidades"**, **"Ações e Demandas"**, **"Precatórios"**, **"Pré-Precatórios"**, **"Créditos Consumer"**, **"Créditos Corporate"** e/ou **"Outros Ativos Distressed"**, exceto quando expressamente indicado em contrário neste material, referem-se aos ativos elegíveis à política de investimento do Fundo, nos termos do Regulamento, de forma que suas definições, seus percentuais de concentração e as demais regras de investimento constam do Regulamento. Vide páginas 42 e 43 deste material para um resumo destas informações, que não dispensa a leitura completa do Regulamento.

7. Exceto quando expressamente indicado diferentemente neste material, quaisquer informações cuja fonte seja a Jive Investments terão como base a data de [31/08/2022].

8. Inexistirá *rating* para o Fundo ou suas cotas. Maiores informações e a cópia do Regulamento podem ser obtidas nas instituições responsáveis pela distribuição das cotas ou na página da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores. A supervisão e fiscalização do Fundo é feita pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com o Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br.

9. ESTE MATERIAL É DE USO EXCLUSIVO DE SEU DESTINATÁRIO. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE MATERIAL CONSTITUEM UM RESUMO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA OFERTA, AS QUAIS ESTÃO DESCRITAS POR COMPLETO NO REGULAMENTO. O INVESTIDOR DEVE LER ATENTAMENTE O REGULAMENTO ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO, EM ESPECIAL A SEÇÃO "FATORES DE RISCO". ADICIONALMENTE, ESTE MATERIAL NÃO SE DESTINA À UTILIZAÇÃO EM VEÍCULOS PÚBLICOS DE COMUNICAÇÃO, TAIS COMO JORNAIS, REVISTAS, RÁDIO, TELEVISÃO OU ESTABELECIMENTOS ABERTOS AO PÚBLICO.

10. O Fundo não conta com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Coordenadores e suas partes relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio líquido e, conseqüentemente, do capital investido.

11. A decisão de investimento em Cotas do Fundo é de exclusiva responsabilidade do Investidor e demanda complexa e minuciosa avaliação de sua estrutura, bem como dos riscos inerentes ao investimento. Recomenda-se que os potenciais Investidores avaliem, juntamente com sua consultoria financeira e jurídica, até a extensão que julgarem necessário, os riscos de liquidez e outros associados a esse tipo de ativo.

INVESTIDORES DEVEM LER ATENTAMENTE O REGULAMENTO ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO. RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. O INVESTIMENTO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO É GARANTIDO PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS ("FGC").

12. O INVESTIMENTO NAS COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO ENVOLVE UMA SÉRIE DE RISCOS QUE DEVEM SER OBSERVADOS PELOS POTENCIAIS INVESTIDORES. ANTES DE TOMAR UMA DECISÃO DE INVESTIMENTO, OS INVESTIDORES PROFISSIONAIS DEVEM CONSIDERAR CUIDADOSAMENTE, À LUZ DE SUA PRÓPRIA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DE SEUS OBJETIVOS DE INVESTIMENTO, TODAS AS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NOS REGULAMENTO E NESTE MATERIAL. EM PARTICULAR, DEVEM AVALIAR OS "FATORES DE RISCO" PARA QUE ESTEJAM CIENTES DE DETERMINADOS FATORES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS, BEM COMO AS INFORMAÇÕES QUE CONSIDEREM NECESSÁRIAS A RESPEITO DO FUNDO.

Este material é meramente informativo, não considera objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades individuais e particulares e não contém todas as informações que um investidor em potencial deve considerar ou analisar antes de investir. Não deve ser entendido como análise de valor mobiliário, material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro ou investimento e não configura sugestão ou consultoria jurídica. Recomendamos ao cliente que consulte profissionais especializados antes de decidir sobre investimentos em ativos mobiliários. A Credit Suisse Hedging-Griffo ("CSHG") e a MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("MAF") não se responsabilizam por decisões do cliente acerca deste tema, nem por ato ou fato de profissionais especializados por ele consultados. A CSHG e a MAF poderão estabelecer a seu exclusivo critério requisitos e procedimentos específicos para abertura de contas e acesso a produtos. Fundos de investimento não contam com a Garantia do Administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento ou do formulário de informações complementares antes de aplicar seus recursos. Para fundos que perseguem a manutenção de uma carteira de longo prazo, não há garantia de que o fundo terá tratamento tributário para fundos de longo prazo. As rentabilidades divulgadas são líquidas de taxas de administração e de performance e brutas de impostos. Caso o índice comparativo de rentabilidade utilizado neste material não seja o benchmark descrito no regulamento do fundo, considere tal índice meramente como referência econômica e não meta ou parâmetro de performance. Verifique se os fundos utilizam estratégia com derivativos como parte integrante de suas políticas de investimento. Tais estratégias podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir os prejuízos dos fundos. Verifique se os fundos estão autorizados a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior. Verifique se os fundos investem em crédito privado. Tais fundos podem estar sujeitos a risco de perda substancial do patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes da sua carteira. Os fundos apresentados podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, variação cambial e outros riscos não mencionados neste material. O investimento em determinados ativos financeiros pode sujeitar o investidor a significativas perdas patrimoniais. Ao investidor cabe a responsabilidade de se informar sobre eventuais riscos previamente à tomada de decisão sobre investimentos. Este material não deve substituir o julgamento independente dos investidores. Verifique a data de início das atividades dos fundos. Para avaliar a performance de fundos de investimento, é recomendável uma análise de, no mínimo, 12 meses. Desde 2 de maio de 2008, todos os fundos de investimento que utilizam ativos de renda variável em suas carteiras deixaram de apurar sua rentabilidade com base na cotação média das ações e passaram a fazê-lo com base na cotação diária de fechamento desses ativos. Verifique se a liquidação financeira e a conversão dos pedidos de resgate deste Fundo podem ocorrer em outra data diferente daquela em que foi feito o respectivo pedido.

- 1 Jive Investments
- 2 Impacto do cenário macroeconômico no mercado de crédito
- 3 Oportunidades em *Distressed & Special Sits*
- 4 Nossos Diferenciais
- 5 Oportunidade de Investimento



Jive Investments

Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS.

Tradução termos em inglês e siglas encontram-se no glossário dispendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

Jive Investments

Nossos números

AUM

R\$ 13,2bi¹

+6.000 créditos²
+11.900 processos judiciais²
+2.700 imóveis²
+R\$ 27bi em valor de face²

TECH

140

Robôs proprietários

Acesso a **400 bases de dados** públicas e privadas
55 profissionais dedicados

TIME

326³

131 Profissionais especializados em investimentos em ativos *Distressed & Special Sits*

NOVAS ESTRATÉGIAS Jive BossaNova

Fundo de crédito High Yield

R\$ 350MM (jan/22)

FUNDO I 2015

R\$ 500MM

R\$ 715MM investido
R\$ 445MM em coinvestimentos

TIR Fundo⁴ 20% a.a.

FUNDO II 2018

R\$ 1,75bi

R\$ 2.031MM investido
R\$ 33MM em coinvestimentos

TIR Ativos⁵ 29% a.a.

FUNDO III 2020

R\$ 4,0bi⁶

R\$ 3.699MM investido até ago/22
R\$ 872MM em coinvestimentos

TIR Ativos⁵ 28% a.a.

M&A

Mauá Capital

10 Fundos
R\$ 3,6bi AUM

¹Data base ago/22, incluindo Mauá Capital. ²Valor acumulado desde o início da Jive até ago/22. ³Incluindo 36 funcionários da Mauá. ⁴A rentabilidade divulgada acima é líquida de custos de servicing dos ativos e taxas de administração e performance, mas não é líquida de impostos. ⁵TIR a nível de ativo, considera despesas dos ativos e de servicing, além dos fluxos de caixa projetados até a respectiva maturidade de cada ativo. ⁶Inclui compromisso de investimento da IFC. Fonte: Jive Investments, 2022. Tradução termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

12 anos de experiência, entregando valor para os nossos investidores



2010

Fundação

Aquisição do portfólio de **créditos inadimplidos do Lehman Brothers** por 3% do valor de face

Investimentos com capital proprietário e rendimentos provenientes do portfólio Lehman Brothers



2015

Fundo Jive I

Lançamento do **Fundo Jive Distressed I**

Expansão internacional



2018

Fundo Jive II

Lançamento do **Fundo Jive Distressed II**

Início das amortizações do Fundo Jive I

Inovação e Transformação Digital



2020

Fundo Jive III

Lançamento do **Fundo Jive Distressed III**

Compromisso da IFC¹ USD80MM

Início das amortizações do Fundo Jive II



2021

Novos Sócios

XP e investidores estratégicos investem na Jive

Lançamento do Fundo de Coinvestimento R\$ 530MM



2022

M&A Estratégico & Novos Produtos

M&A Mauá Capital

Lançamento do **Fundo Jive BossaNova High Yield²**

Lançamento do **Jive Soul Prev²**

¹A IFC, membro do Grupo Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento. ²O Jive BossaNova High Yield é o primeiro fundo aberto da Jive, seguido pelo plano de previdência Jive Soul Prev. Fonte: Jive Investments, 2022.

Tradução termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.



Impacto do cenário macroeconômico no mercado de crédito

Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS.

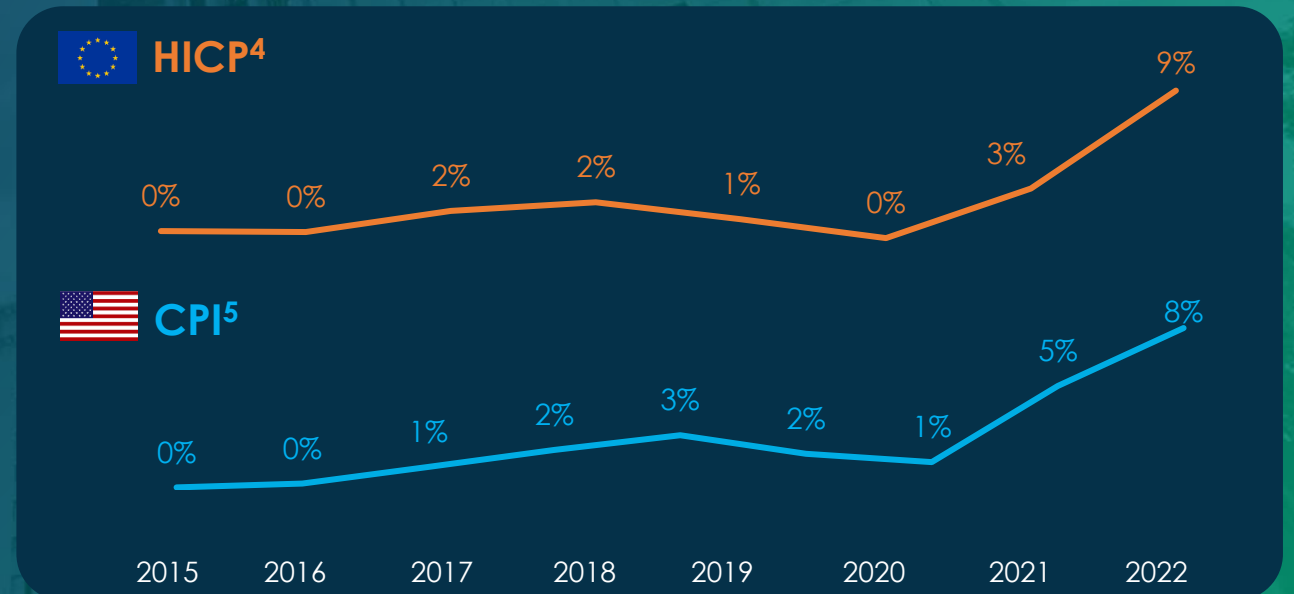
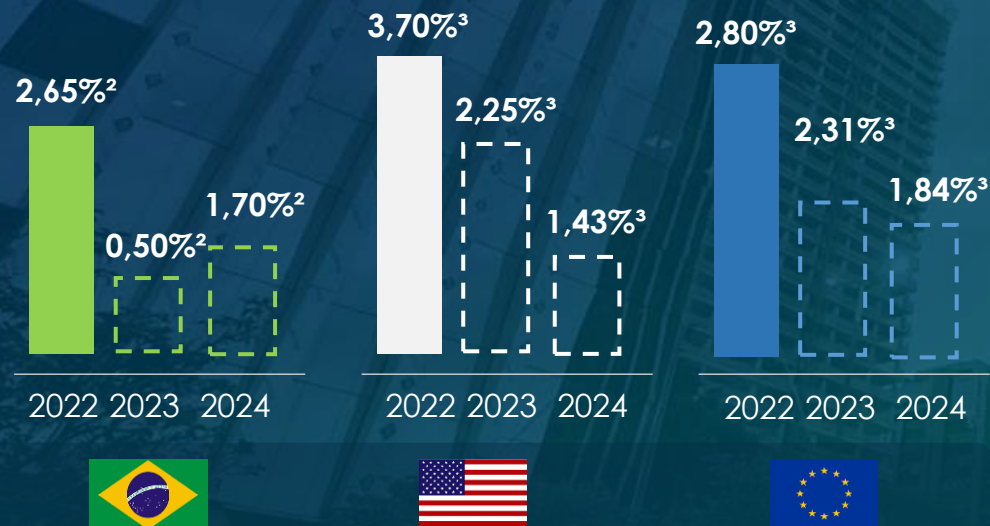
Tradução termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

Deterioração do cenário macroeconômico global

Mercado pressionado pela taxa de juros elevada e alta da inflação persistente



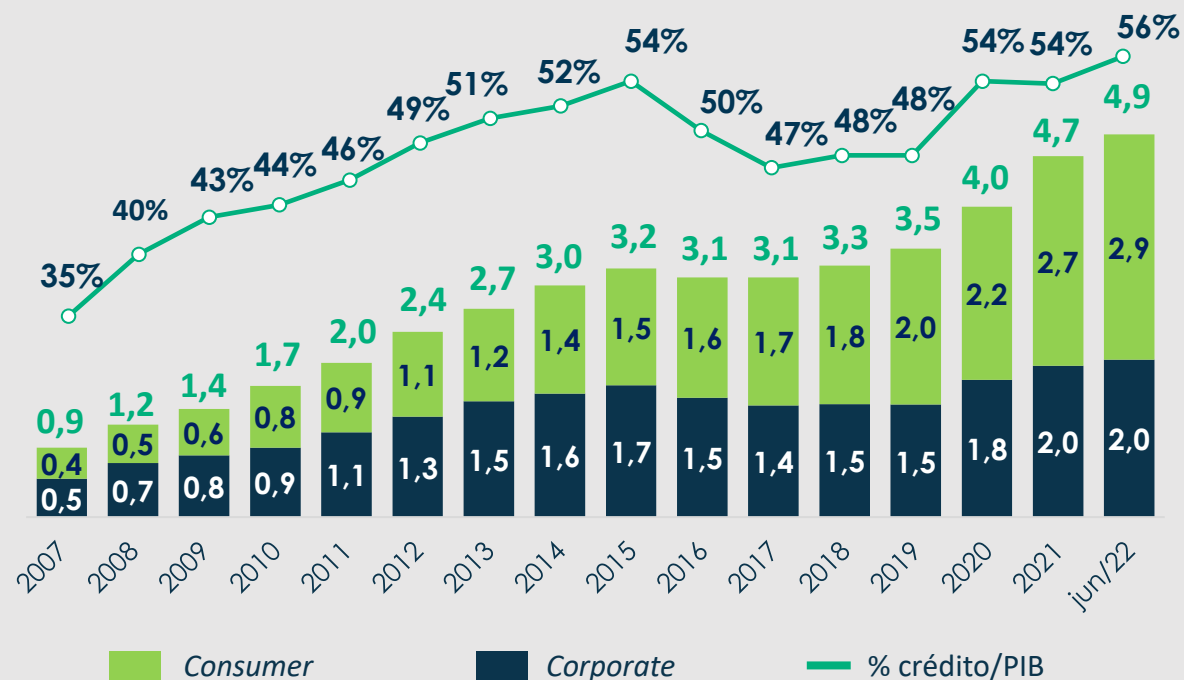
Produto Interno Bruto (PIB)¹:



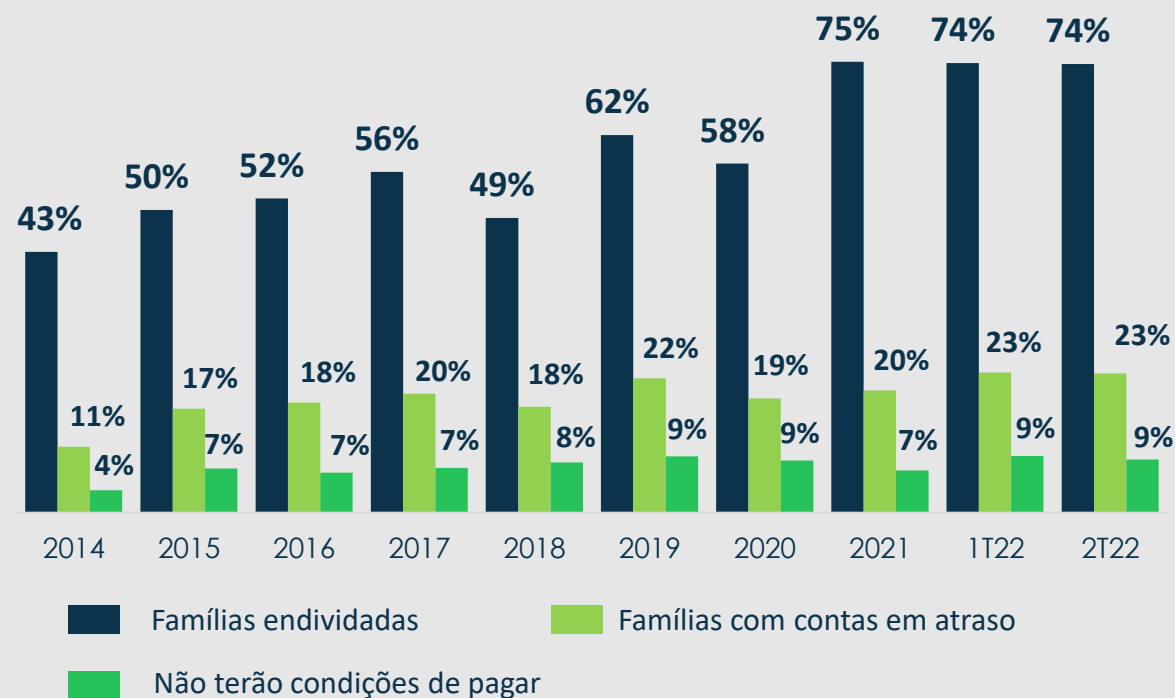
¹Produto Interno Bruto, calculado em comparação ao ano anterior. ²Estimativas segundo Boletim Focus do BACEN de 19/09/2022. ³Estimativas segundo o Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook Database). ⁴Índice harmonizado de preços ao consumidor (HICP), dados referentes a zona do Euro. ⁵Índice de Preços ao Consumidor (CPI) nos Estados Unidos. Fontes: IBGE, BACEN, IMF e Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Ritmo acelerado de concessão de crédito associado a níveis recorde de endividamento das famílias

Volume de crédito (R\$ tri)

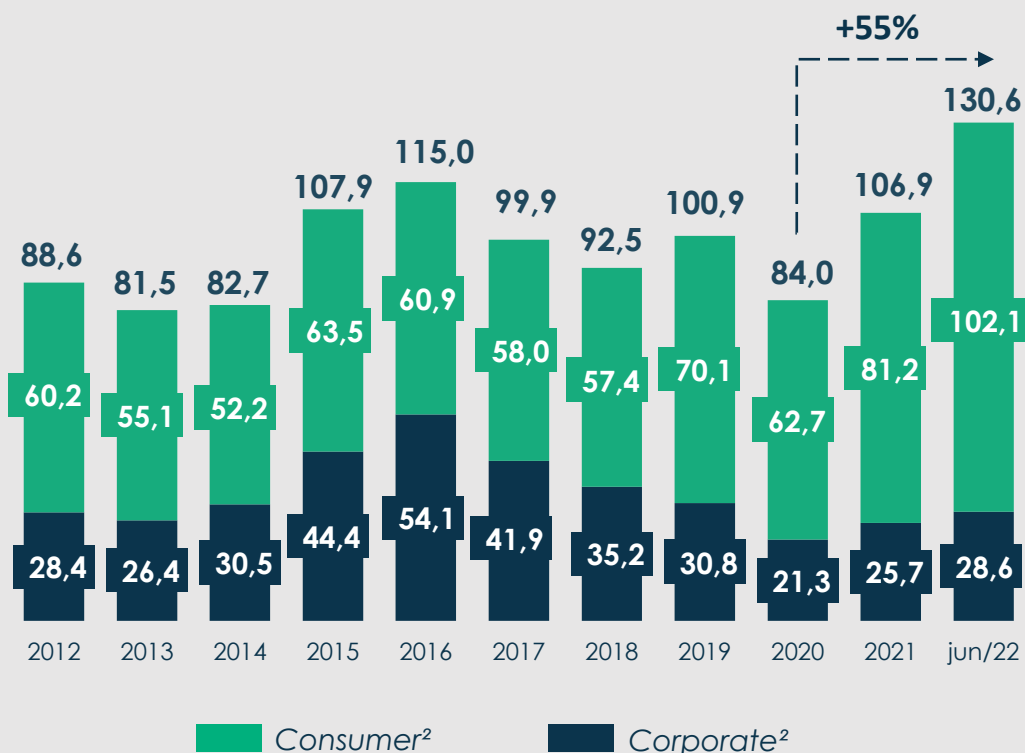


Nível de endividamento das famílias

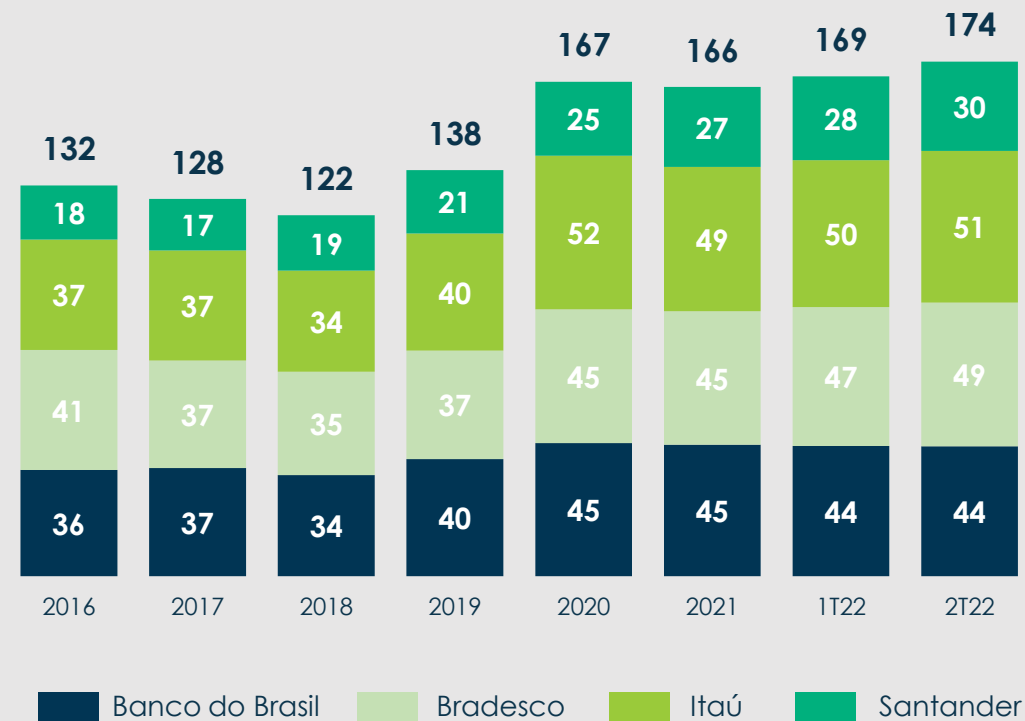


Forte crescimento do estoque de NPLs¹ e do volume de provisões para devedores duvidosos nos balanços bancários

Volume de NPLs (90-180 dias, R\$ bi)



Volume de provisão (R\$ bi)

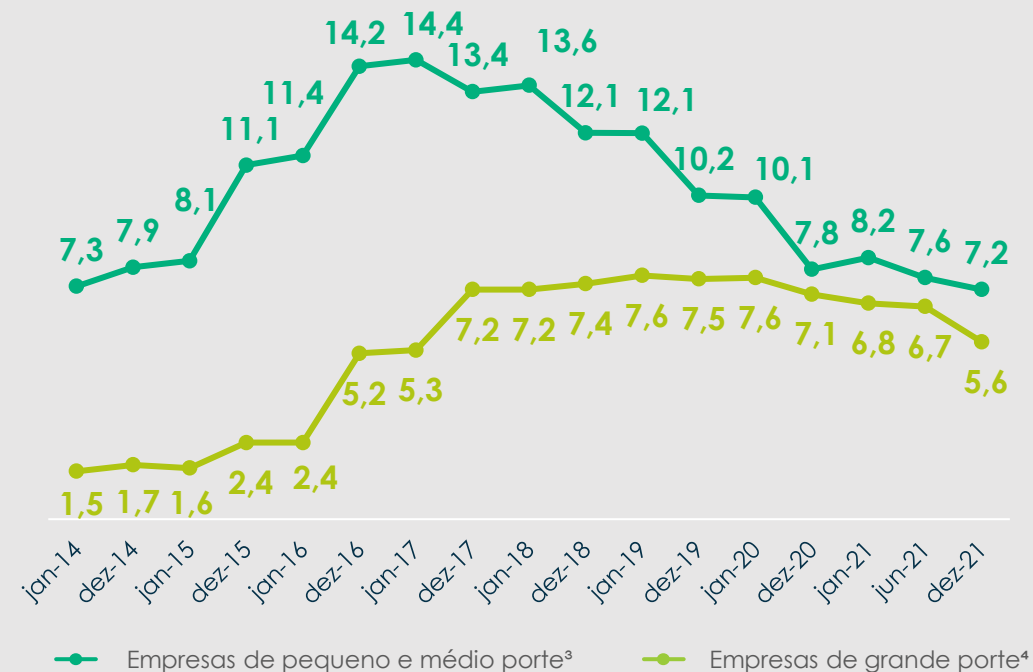


Fim dos estímulos e prazos de carência e o reflexo para empresas e operações de crédito

Número de recuperações judiciais requeridas



Operações inadimplentes, reestruturadas ou classificadas entre E-H² (%)



¹Números de janeiro a julho anualizados. ²Classificação das operações de crédito com atraso superior a 90 dias. ³As pequenas e médias empresas têm pelo menos R\$ 3,6 milhões em receitas brutas por ano e 50-99 funcionários no caso de empresas do setor de serviços/comércio e 100-499 funcionários para empresas do setor industrial. ⁴As grandes empresas têm mais de 500 funcionários e receita bruta anual de pelo menos R\$ 300MM. Fonte: Serasa Experian, 29/07/2022, Banco Central do Brasil, 09/08/2022 e Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Manchetes já refletem a piora



Falências atingem maior nível desde 2020

Desde o início da pandemia, nunca tantas empresas faliram como nos primeiros oito meses deste ano. De janeiro a agosto foram 474 falências decretadas, 9% mais que nos oito primeiros meses de 2021 e 1,5% acima do mesmo período de 2020, segundo dados da Serasa. patamar em cinco anos

06/10/2022 – Valor Empresas

Venda de crédito 'podre' pode chegar a R\$60 bilhões no ano com piora da economia

22/07/2022 – Portal Terra

Casa própria: Inflação e juro alto geram onda de devolução de imóveis e renegociação de crédito

21/08/2022 – O Globo

Agronegócio enfrenta dificuldades e projeta disparada de pedidos de recuperação judicial

05/08/2022 – Estadão

Efeito diesel: a enxurrada de recuperações judiciais de transportadoras

05/09/2022 – O Globo

Com 63 milhões de endividados, País bate recorde histórico; Perspectiva é sombria

Levantamento da CNDL e do SPC Brasil aponta que há mais dívidas com bancos

22/08/2022 | 11h25 - Estadão

Inadimplência bate recorde com aumento da inflação

Ao menos 66,8 milhões de consumidores não conseguem honrar o pagamento de suas contas segundo dados da Serasa Experian

23/08/2022 – Valor Econômico

Inadimplência recorde traz risco para cenário econômico em 2023

24/08/2022 – O Globo





Oportunidades em Ativos *Distressed* & *Special Sits*

Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS.

Tradução termos em inglês e siglas encontram-se no glossário dispendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

Momento de mercado favorável

para investimentos em ativos *Distressed & Special Situations*

1

Fim dos estímulos e início do aperto monetário pelo FED¹

2

Pressão inflacionária e aumento dos juros no Brasil e no mundo

3

Perspectiva negativa para atividade econômica global no curto prazo

4

Mercado de capitais local e externo restrito para novas emissões

5

Bancos com níveis recorde de PDD² e operações em atraso após período de refinanciamentos

6

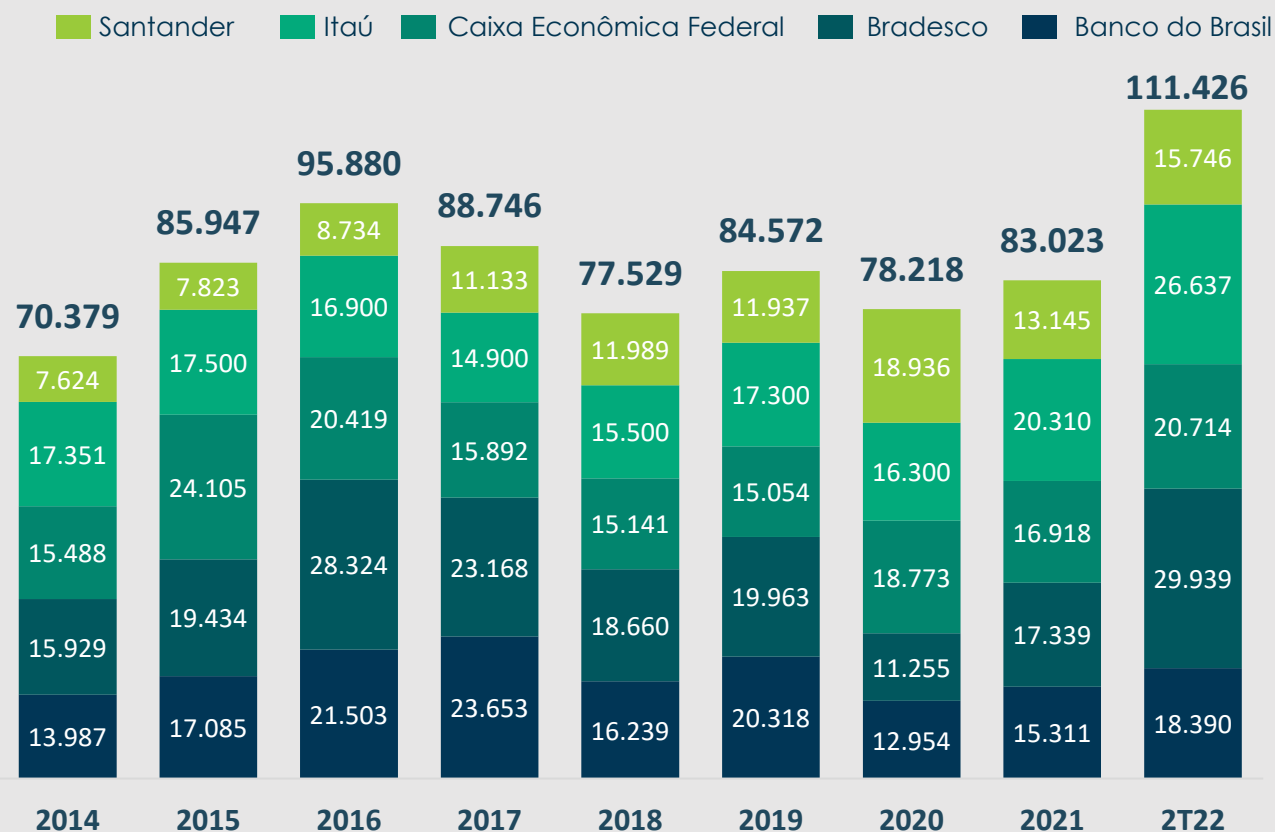
Melhora no arcabouço regulatório brasileiro

¹O Sistema de Reserva Federal ("FED") é o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos. ²Provisão para Devedores Duvidosos (PDD). Fonte: Jive Investments, 2022. Conclusões e opiniões estritas do time da Jive Investments acerca do cenário econômico e das estratégias de investimento empregadas nas atividades de gestão dos fundos. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Aumento da carteira NPL dos bancos em 33% em 2022

Mercado de venda de NPLs estimado em R\$ 43bi em 2021¹

Volume de NPLs (R\$ MM)



¹Fonte: Prime Yield Spring Update - NPL&REO in Brazil, 2022. ²O acordo de Basileia III se refere a um conjunto de propostas de reforma da regulamentação bancária. ³IFRS 9 é uma norma internacional de contabilidade. Fontes: balanço patrimonial dos bancos, listados na legenda, com data base de 31/12/2014 até 30/06/2022 e Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Oportunidade PEC dos Precatórios¹

R\$ 225bi

Precatórios emitidos até dez/21² em todas as esferas (federal, estadual, municipal)

R\$ 1,0tri

Provisões para perdas judiciais e administrativas ajuizadas contra a União (Risco Provável³) em 2021

PEC dos Precatórios

(15/12/21)

- Limite no pagamento de precatórios federais: **até 2026**
- Valor disponível igual ao valor pago em 2016 atualizado pelo IPCA (**aprox. R\$ 40 bilhões em 2022**)
- Preferência para **RPVs⁴** (até 60 salários mínimos) e alimentares
- Opção do credor de receber o pagamento com **40% de desconto** sob o valor de face

Utilização do precatório como moeda de pagamento, a 100% valor de face:

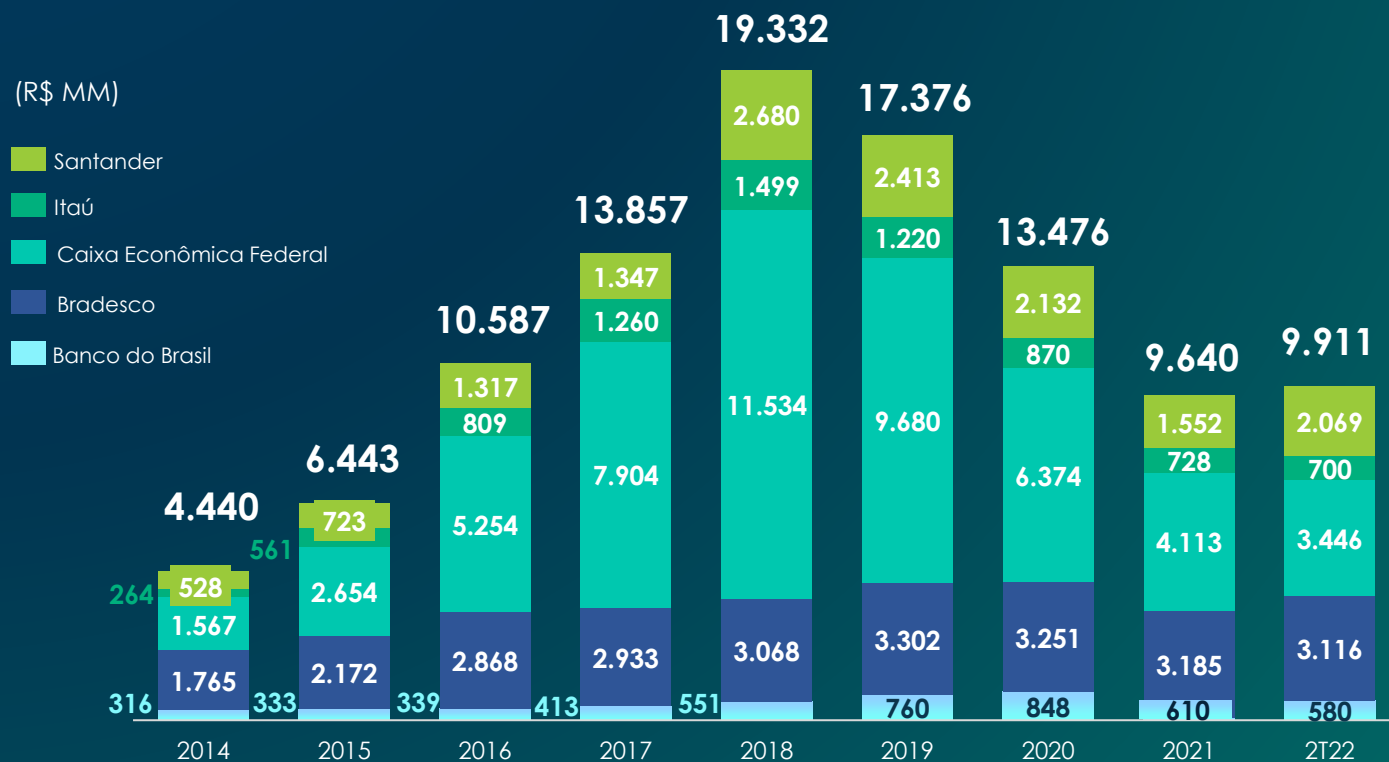
- Dívida ativa e parcelamentos
- Concessões e Privatizações
- Imóveis da União
- *Royalties* de Petróleo

¹Proposta de Emenda à Constituição aprovada em 15/12/21. ²Valores aproximados para precatórios expedidos conforme dados do Mapa Anual dos Precatórios 2021, CNJ. ³Risco provável ocorre quando a probabilidade de perda por parte da União é alta, implicando o registro do passivo no balanço patrimonial. ⁴Requisição de Pequeno Valor (RPV). Nota: Fonte: Câmara Legislativa e Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Piora do cenário macroeconômico e grande estoque de imóveis tendem a impulsionar vendas de ativos no mercado

Bancos: bens não de uso próprio (BNDU¹):

Além de não ser uma atividade central para os bancos, carregar imóveis em seu balanço leva a um consumo adicional de capital regulatório, custos e trabalho operacional, custos de carregamento e manutenção e risco financeiro e reputacional



Imóveis da União

Em 2021, o governo federal apresentou a meta de venda de até **R\$ 110bi** em imóveis da união

Em 2022, foi criado o sistema de concorrência pública eletrônica para acelerar a venda direta de imóveis pela internet

R\$ 15bi

Volume que a SPU² pretende monetizar com a venda de imóveis até final de 2022

R\$ 275bi

(668mil imóveis)
Valor total estimado dos imóveis elegíveis a venda pela União

¹Bens não de uso próprio ("BNDU"): ativo não financeiro mantido para venda. Normalmente, são veículos ou imóveis recebidos em dação de pagamento, retomados pelos bancos devido à inadimplência no financiamento. ²Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Economia. Fonte: balanço dos bancos de 2014 até 30/06/2022, SPU (jun/2022), Programa SPU+ (dez/2020) e Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Piora no mercado imobiliário residencial

2021

Recorde de vendas e aumento de 27% no número de lançamentos de imóveis

- Juros baixos
- Alta demanda - efeito da pandemia

2022

Queda de 61% no número de lançamentos e vendas de imóveis residenciais

- Impacto da inflação
- Aumento da taxa de juros

Alta do INCC¹ de +33% desde o início da pandemia

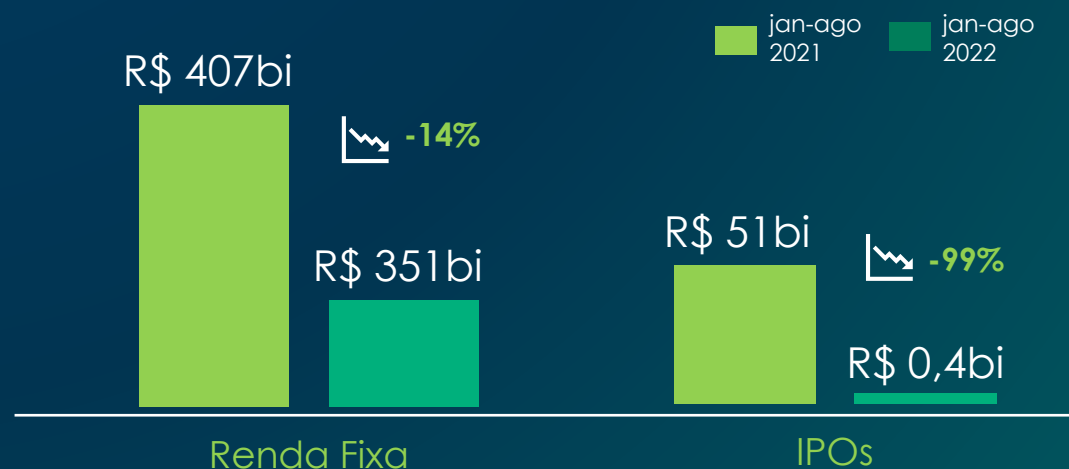


¹Índice Nacional de Custo de Construção¹, calculada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). ²Percentual médio de distratos/vendas nos últimos 12 meses. ³Número estimado do total de distratos ao longo de 2022. ³Valor médio referente aos últimos 12 meses de acordo com ABRAINC. Fonte: ABRAINC Informe de agosto de 2022 e Jive Investments, 2022. Nota: expectativa e o mercado potencial são baseados em dados históricos, representando meramente estimativas, que podem vir a não se concretizar. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Special Sits: soluções de crédito em ambiente de menor liquidez

Cenário de menor liquidez para empresas e de acesso mais restrito ao mercado de capitais leva a um aumento da demanda por estruturas de captação alternativas

Emissões no Mercado de Capitais



Fusões e Aquisições / M&A Brasil

- 735 transações anunciadas em 2022 (YTD)
- Aumento de **81%** em comparação com 2020

- Solução de liquidez para empresa, devedor ou ativo
- Transações baseadas nas garantias, avais e fluxo de caixa
- Motivações diversas: disputa, reorganização societária ou operacional, M&A
- Estruturas que buscam proteção contra cenários de perda e potencial de ganhos adicionais

Crescimento e consistência em diferentes momentos político-econômicos



TESE (VINTAGE)



FUNDO I

- Portfólio concentrado em *Corporate NPL* (23%), *Corporate Single Names* (11%) e *Ativos Judiciais* (62%)

EVOLUÇÕES / LIÇÕES APRENDIDAS



- Investimentos em *Consumer NPL*
- Experiência com *tail* do Fundo

FUNDO II

- Portfólio composto por *Corporate NPL* (25%), *Ativos Judiciais* (50%), *Real Estate* (18%) e *teses oportunísticas* (7%)

- Maior diversificação em *teses investidas*
- Investimentos em *teses oportunísticas*
- Aprendizados em investimentos em *Real Estate*

FUNDO III

- Investimentos em *Special Sits*, alavancando nossa expertise em *distressed* por meio de soluções de *financing* e *monetização* de ativos

- Times especializados de investimento e gestão
- Investimento adicional em tecnologia para ganho de eficiência e escala

FUNDO IV

- Portfólio diversificado¹, com exposição a *Special Sits*: *Corporate NPL* (25%), *Special Sits* (30%), *Ativos Judiciais* (20%), *Imóveis* (20%), *Ativos oportunísticos* (5%)

Evolução da gestora ancorada pela experiência e aprendizado ao longo do tempo

¹Expectativa de diretriz de alocação do portfólio, não representa necessariamente garantia de cumprimento dos % apresentados. Para maiores informações da estrutura do Fundo IV, consulte a partir do slide 36. Fonte: Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.



Nossos Diferenciais

Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS.

Tradução termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

Nossos diferenciais

1 Plataforma completa & baixa correlação

- Investimentos em ativos **Distressed e Special Situations** dentro das diferentes teses de investimento
- Diversificação e flexibilidade de alocação do **portfólio**
- Ativos com **alto potencial de retorno e baixa correlação** com outros investimentos financeiros

2 Track Record sólido

- Investimentos em mais de 200 transações, totalizando mais de **R\$ 8,7bi** em investimentos desde 2010
- **Recuperação de mais de R\$ 3bi**, com consistência nos retornos
- Alinhamento de interesse por meio do **compromisso de investimento da gestora** nos fundos

3 Processo e estratégia de investimentos únicos

- **Know-how e expertise analítica, financeira e jurídica**, ancorados em **originação e servicing próprios** para recuperação de ativos
- Abordagem **cooperativa** com **outros players** estratégicos reforçam construção de **parcerias de longo prazo**

4 Tecnologia como fator chave

- **Tecnologia proprietária** e integrada com diferentes bases de dados e sistemas
- Suporte, de forma **ágil e eficiente**, nas decisões de investimento e gestão dos ativos com **contínua inovação**

5 Time

- **326 colaboradores** com espírito ético e empreendedor, incansáveis na busca por excelência
- **Time de investimento** com **131** profissionais: **experiência** em investimentos em ativos *Distressed e Special Situations*, trabalhando de forma **integrada** da originação ao desinvestimento

6 Controle de risco

- Foco na **análise de cenários de stress** de todas as transações, criando **mecanismos de busca de proteção** com divisão de parte do potencial de retorno da operação com as contrapartes
- **Acompanhamento constante** da carteira desde a precificação dos ativos até a saída dos investimentos

Descorrelação dos Fundos Jive com o mercado

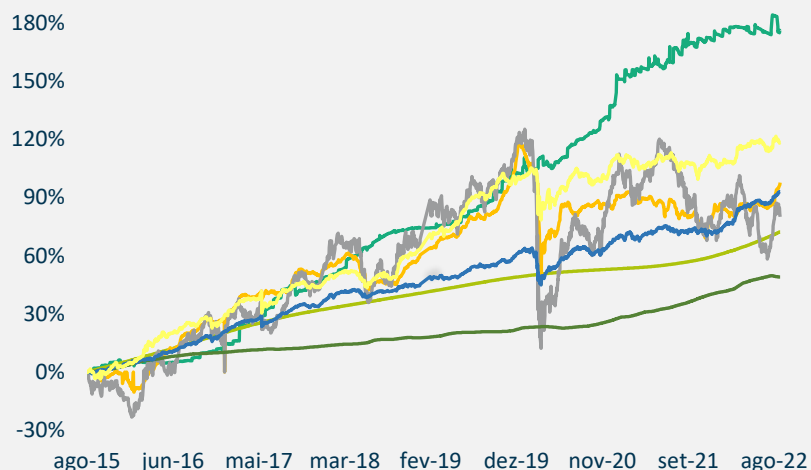
Fundos com **portfólios investidos em um mix de estratégias de investimento** em ativos alternativos, proporcionando aos investidores **diversificação** e **baixa correlação** com os principais índices de mercado

Correlação¹:

	IBOV	IFIX	CDI	IHFA	IPCA	IMA-B
Fundo I	-0,5%	6,1%	-2,3%	-1,0%	-2,5%	3,2%
Fundo II	-3,6%	5,3%	-1,2%	-3,6%	-3,9%	0,0%
Fundo III	-10,7%	-1,6%	7,5%	8,5%	-0,9%	-1,2%

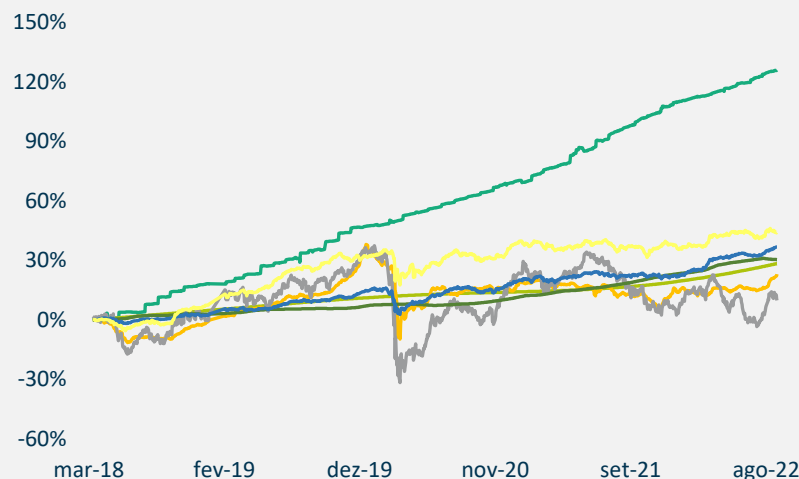
Fundo I

Retorno²: 254,8% (acum.) | 19,7% a.a.



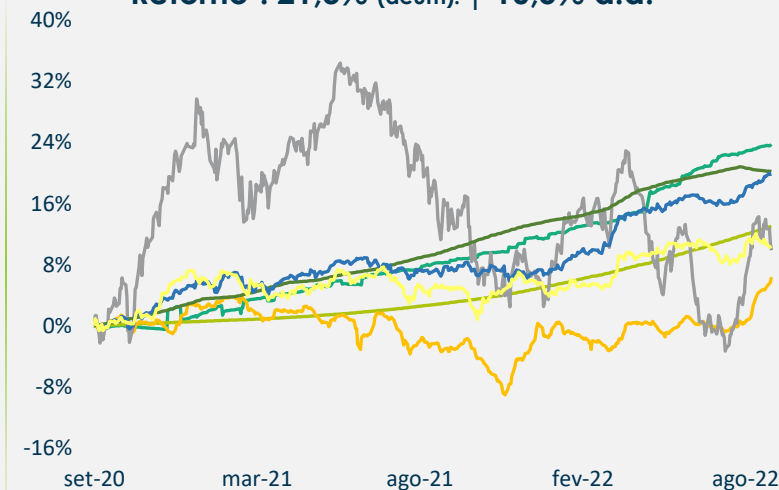
Fundo II

Retorno²: 93,1% (acum.) | 15,9% a.a.



Fundo III

Retorno²: 21,3% (acum.) | 10,5% a.a.



— IBOV (Acum.) — IFIX (Acum.) — CDI (Acum.) — IHFA (Acum.) — IPCA (Acum.) — IMA-B (Acum.) — Performance (Acum.)

¹A exceção do CDI, benchmark descrito no Regulamento do Fundo, considere demais índices meramente como referências econômicas. Período considerado ago/15 até ago/22.

²A rentabilidade divulgada acima é líquida de custos de *servicing* dos ativos e taxas de administração e performance, mas não é líquida de impostos. Fonte: Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Performance¹ Jive Fundo I

Tamanho do Fundo R\$ 500MM

Investimentos R\$ 715MM

Coinvestimentos R\$ 445MM

Total investido R\$ 1,16bi

Início ago/15

Prazo do Fundo² ago/23

Capital Chamado 100%

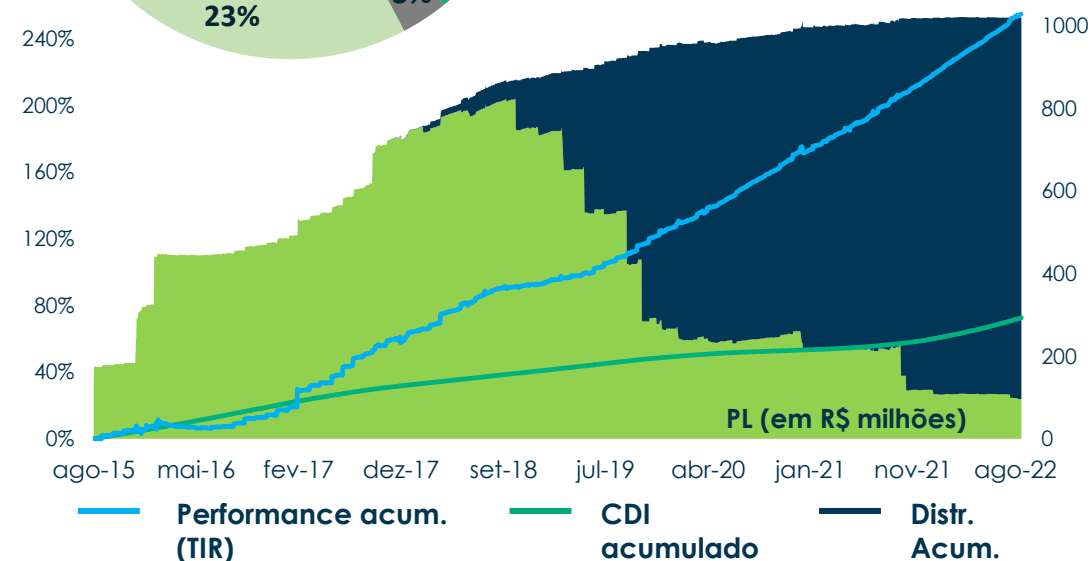
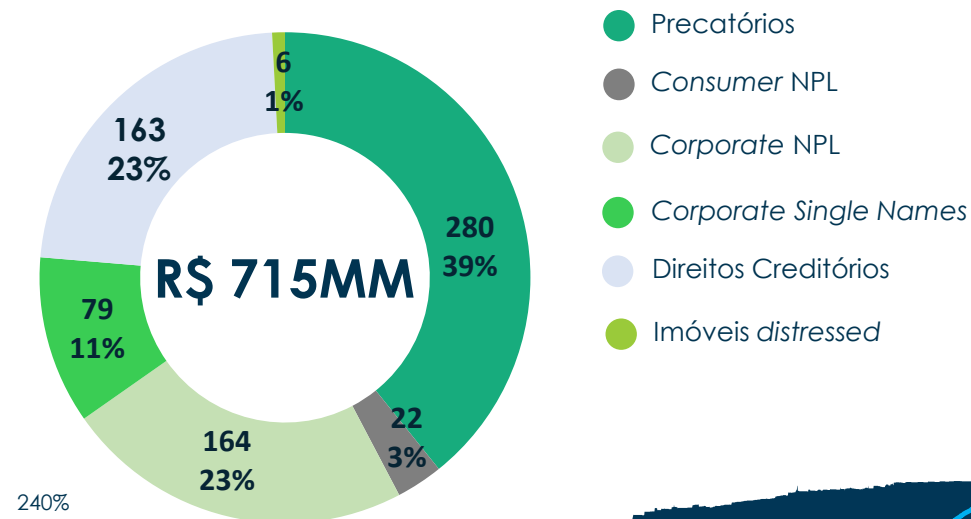
Período	Retorno ¹	%CDI
Desde ago/15	254,8%	246%
Anualizado	19,7%	246%

Distribuições aos cotistas
R\$ 919MM
184% do capital comprometido devolvido aos cotistas

TIR³ realizada MOIC⁴ realizado
18%_{a.a.} **1,84x**

Portfólio:

DATA BASE: 31/08/2022



¹A rentabilidade divulgada acima é líquida de custos de servicing dos ativos e taxas de administração e performance, mas não é líquida de impostos.

²Prazo estendido, conforme aprovado em AGC do Fundo I realizada no dia 12/07/2022. ³Taxa interna de retorno (TIR). ⁴Múltiplo de caixa (MOIC). Fonte: Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Performance¹ Jive Fundo II

Tamanho do Fundo R\$ 1,75bi

Investimentos R\$ 2,03bi

Coinvestimentos R\$ 33MM

Total investido R\$ 2,06bi

Início mar/18

Prazo do Fundo mar/24

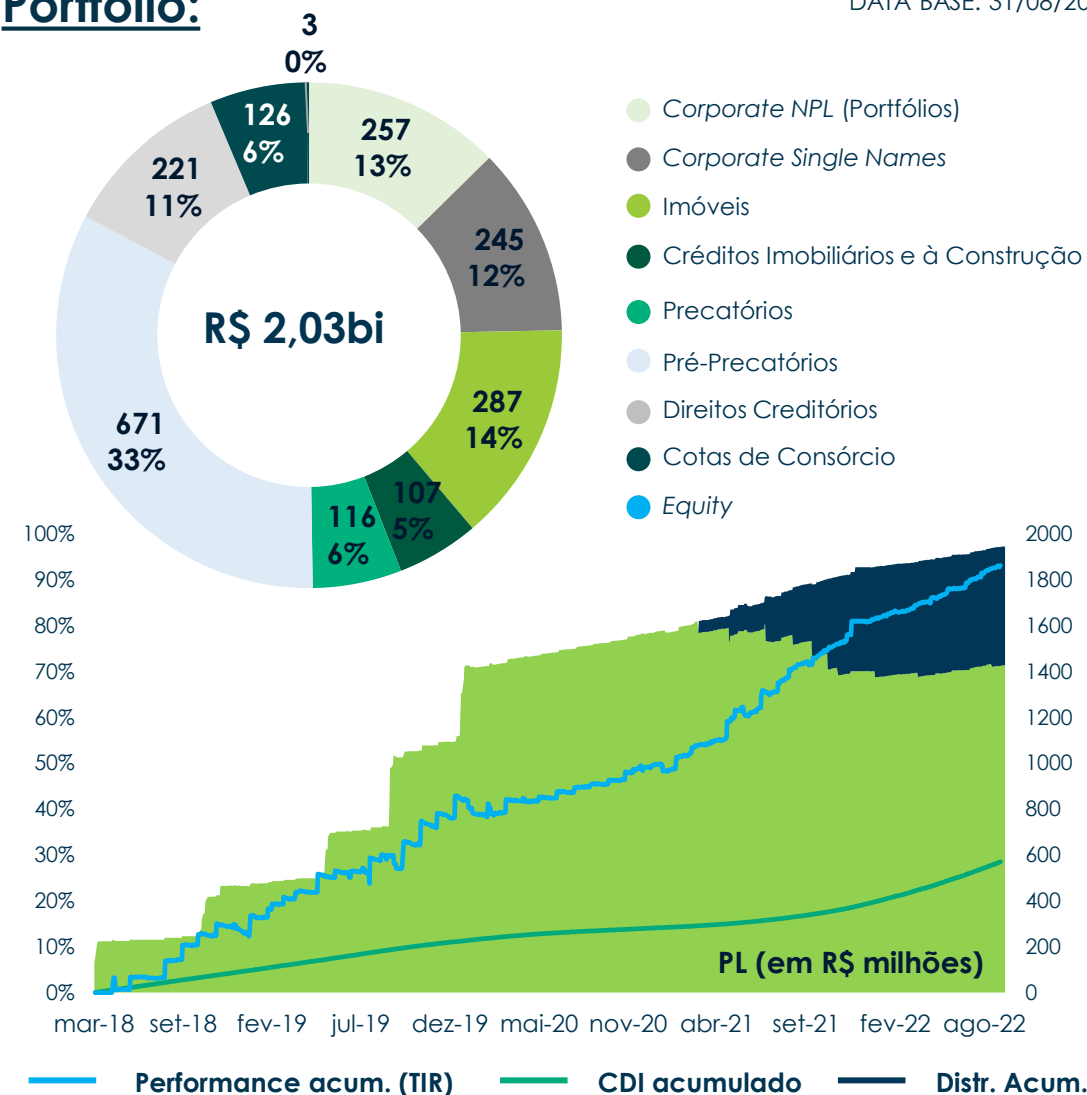
Capital Chamado 100%

Período	Retorno ¹	%CDI
Desde mar/18	93,1%	273%
Anualizado	15,9%	273%

R\$ 710MM Distribuições aos cotistas
42% do capital comprometido devolvido aos cotistas

Portfólio:

DATA BASE: 31/08/2022



¹A performance acima refere-se ao veículo CSHG JIVE DISTRESSED ALLOCATION II FIC FIM CP, CNPJ: 28.549.930/0001-18. A rentabilidade divulgada acima é líquida de custos de servicing dos ativos e taxas de administração e performance, mas não é líquida de impostos na data base do dia 31/08/2022. Fonte: Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Performance¹ Jive Fundo III

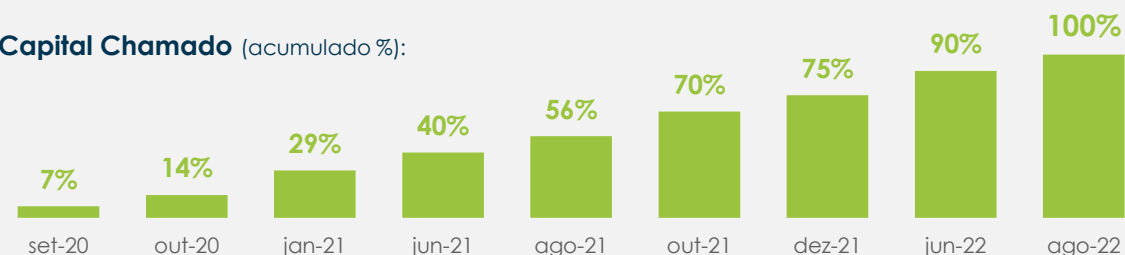
Tamanho do Fundo	R\$ 3,5bi
Investimentos	R\$ 3,7bi
Coinvestimentos	R\$ 872MM
Total investido	R\$ 4,6bi

Início set/20

Prazo do Fundo set/26

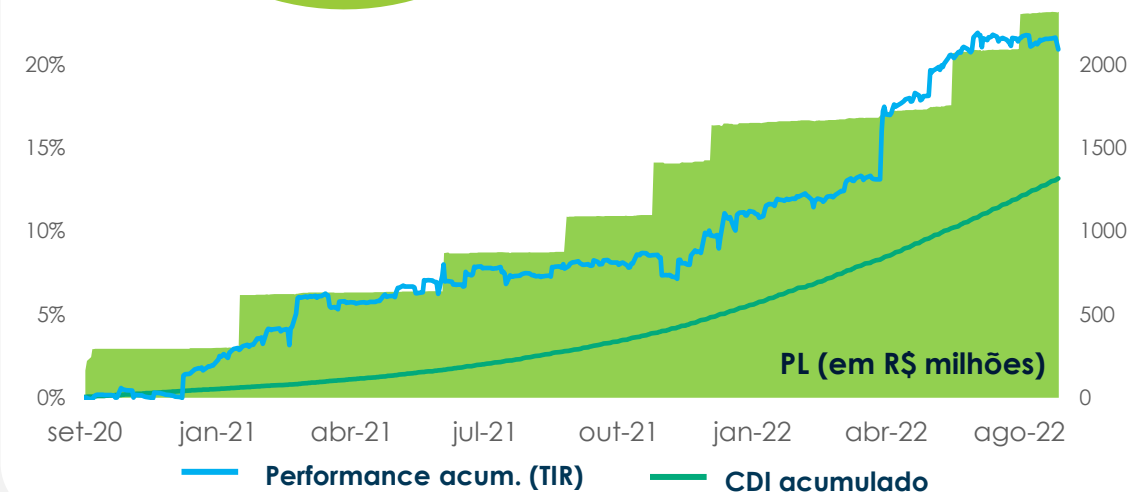
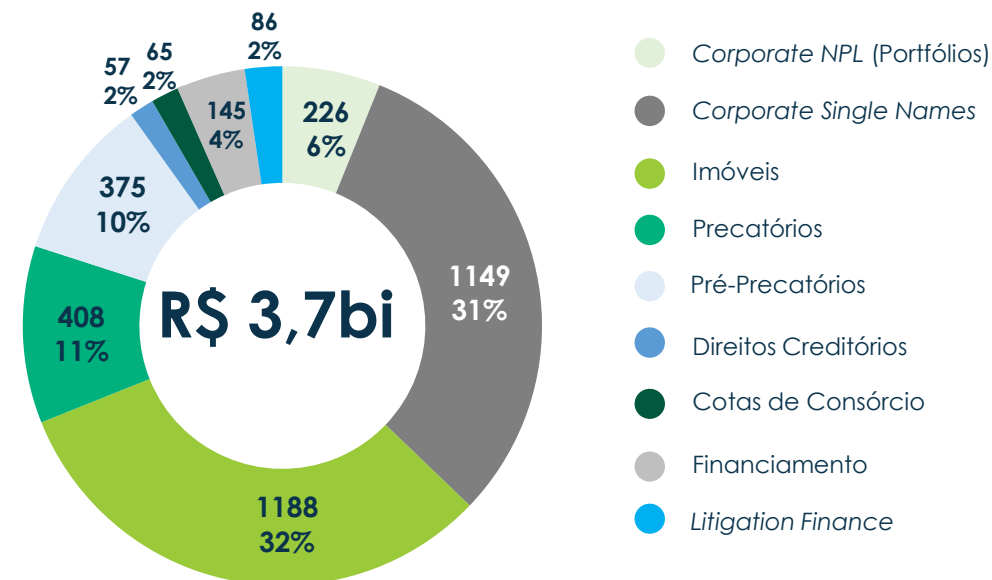
Período	Retorno ¹	%CDI
Desde set/20	21,3%	159%
Anualizado	10,5%	159%

Capital Chamado (acumulado %):



Portfólio:

DATA BASE: 31/08/2022



¹A performance acima refere-se ao veículo CSHG JIVE DISTRESSED ALLOCATION III FIC FIM CP, CNPJ: 35.819.274/0001-91. A rentabilidade divulgada acima é líquida de custos de servicing dos ativos e taxas de administração e performance, mas não é líquida de impostos na data base do dia 31/08/2022. Fonte: Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Time integrado e multifuncional

326 colaboradores | 21 sócios¹

Comitê Executivo Comitê de Investimento



Alexandre Cruz



Guilherme Ferreira



Mateus Tessler



Diego Fonseca



Marcelo Martins

Times de Investimento 131 membros



Marcelo Santiago

Corporate NPL



Samer Serhan

Crédito Estruturado e Special Sits



João Oliveira

Real Estate



Bruno Gomes

Precatórios e Direitos Creditórios



Pedro Mota

Litigation Finance

Ativos Pulverizados



Ernane Alves

Middle-Office e Jivotech

Pricing & Originação

Inovação



Paulo Guimarães

Diretor Jurídico



Juliana Pacheco

Risco & Compliance

Financeiro e M&A

Administrativo



Camila Detomi

Produtos



Marcela Bosch

Investor Relations



Federico Goyret

Marketing

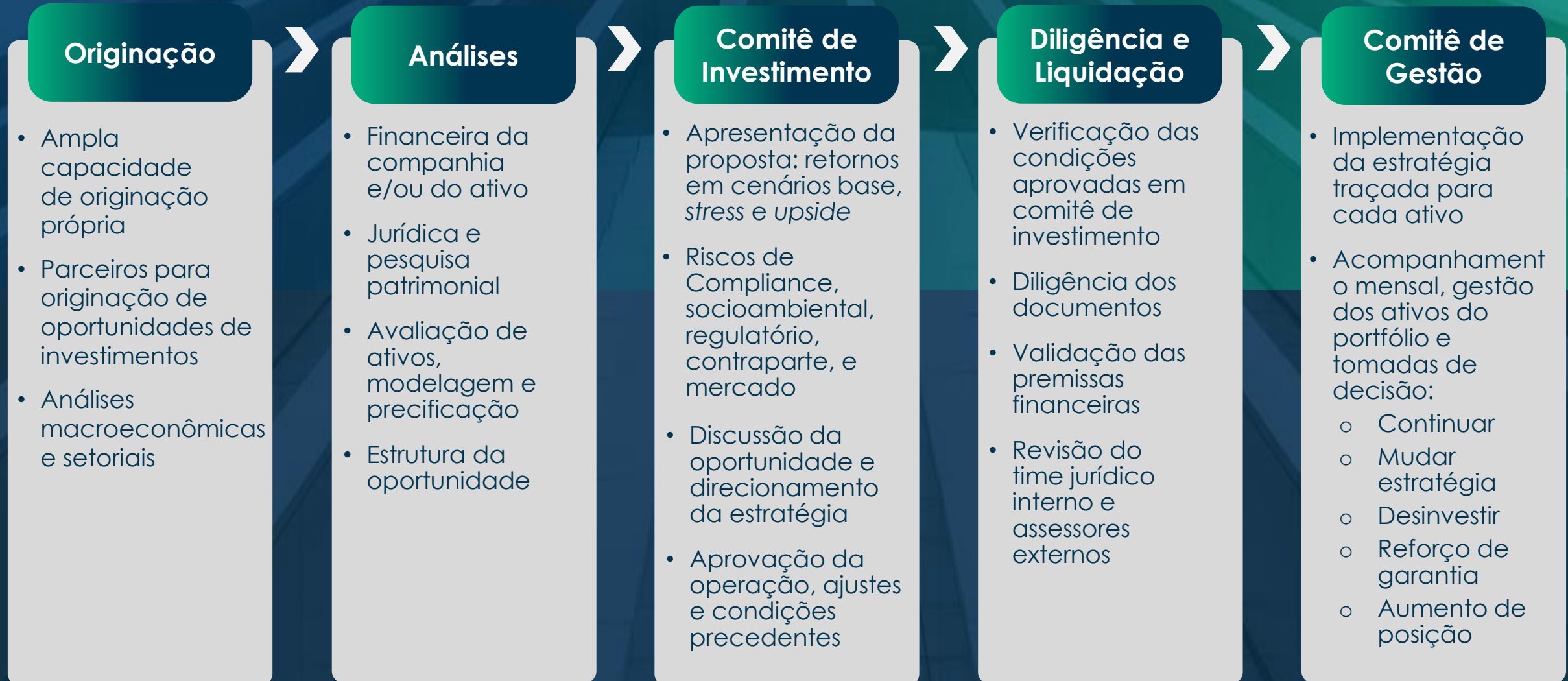


Mariana Facin

People

¹Número de sócios considera apenas os sócios da Jive sem a inclusão de novos sócios após a conclusão da transação com a Mauá. Fonte: Jive Investments, 2022.
RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

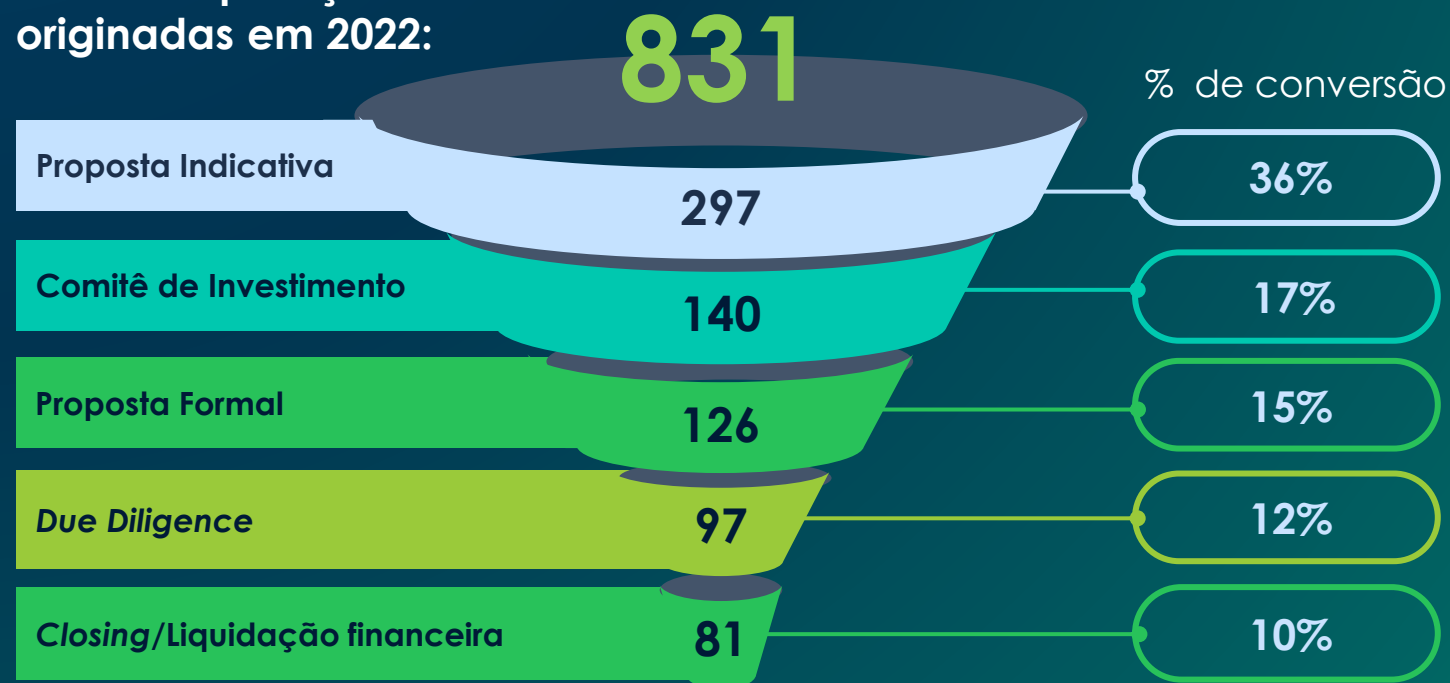
Processo de Investimento Jive



Originação e análise de investimento

- Agilidade na tomada de decisão e estruturação
- Análise objetiva e profunda
- Assertividade no investimento

Total de operações
originadas em 2022:



Operações
com
MOIC < 1,0x

7¹

Total de ativos
investidos
desde 2015

253

InvestHUB Platform

Parceria para originação de ativos
via Agentes Autônomos de
Investimentos (AAIs)

- Plataforma proprietária, online e automatizada para o envio de oportunidades de investimento
- Alcance geográfico nacional

Servicing especializado para recuperação de ativos

- **Time dedicado** com habilidades complementares e vasta experiência
- Estratégias de gestão desde a precificação dos ativos com reavaliações constantes
- Análises de risco, estruturas de recuperação, cenários de *stress*, recuperação de garantias, tempo de adjudicação
- Inovação e escalabilidade: tecnologia proprietária para busca de ativos e identificação de fraudes

+400

IDPJs¹
distribuídos

+450

acordos já realizados, resultando em
um valor total recuperado superior a

2.105

unidades RE vendidas

700

Novas construções realizadas,
representando aprox.

R\$ 440MM

+R\$ 3,5bi

inadimplência dos
acordos

(percentual médio dos
últimos 12 meses)

<1%

+150

Imóveis
recuperados

6

Projetos de
retrofit
concluídos

Tempo médio de recuperação dos ativos

30 meses

Recuperação realizada por meio de acordos com devedores

90%

¹IDPJ significa incidente de desconsideração da personalidade jurídica que busca atingir pessoas que não eram réus ou devedores no início do processo, mas que por abuso da personalidade jurídica, buscamos incluir no processo para atingir o seu patrimônio. Fonte: Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Estratégias bem definidas para as diversas classes de ativo

Corporate NPL

- Estratégia de recuperação definida na aquisição das carteiras
- *Onboarding* entre times de precificação e gestão para eficiência na execução e recuperação dos ativos
- Citação e discussão jurídica
- Pesquisa e penhora de bens
- Acordos com devedores
- Recuperação judicial e falência
- *DIP Financing*, *Turnarounds*, operações de crédito estruturado

Special Situations

- Empresas com limitações de capital (dívida ou *equity*)
- Estruturas no formato de dívida com potencial ganho de capital
- Estrutura sólida de garantias, proteção contra perdas (*recovery value* elevado)
- Credores relevantes na estrutura de capital
- Análise fundamentalista com diversos cenários

Real Estate

- Avaliação e reorganização: passivos pendentes, disputas judiciais, problemas registraes, ocupação irregular, conservação, etc.
- Precificação do portfólio, identificando melhorias, orçamento e cronograma para a implementação de melhorias
- Comercialização dos imóveis através de parcerias com plataformas digitais, *startups* do setor e novas tecnologias no mercado imobiliário

Precatórios e direitos creditórios

- Ativos judiciais com definição de mérito
- Preferência por precatórios expedidos e risco federal
- Teses consolidadas nos Tribunais Superiores
- Análise da situação econômico-financeira e jurídica do cedente
- Foco em devedores sujeitos ao regime geral de pagamento¹

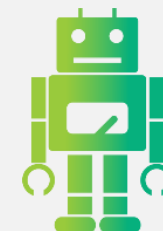
Litigation Finance

- Casos com méritos fortes, incluindo pareceres de especialistas técnicos e jurídicos
- Proporção relevante de valor investido vs. recebimento estimado
- Jurisdições seguras para execução de prêmios
- Contrapartes solventes
- Avaliação de exposições a custos adversos

¹No Regime Especial estão os devedores que apresentam dívidas de Precatório posteriores à promulgação da Emenda 62/2009. Fonte: Jive Investments, 2022.
RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Inovação e tecnologia como parte do DNA da Jive

Uso de tecnologia proprietária, robôs e SAAS durante toda a esteira de investimento ao desinvestimento, garantindo uma correta precificação e gestão do portfólio



JiveSoft

- Sistema **centralizado** de **inteligência de mercado** para a **recuperação de ativos**
- Gestão de casos/atividades** com advogados terceiros, **consolidação de informações** obtidas em cartórios, escritórios, juntas de comércio
- Consolidação das **informações encontradas pelos robôs** sobre os ativos e devedores
- Gestão ativa de imóveis**
- Backtesting*, análises quantitativas e **gestão de risco**

M&A Estratégico

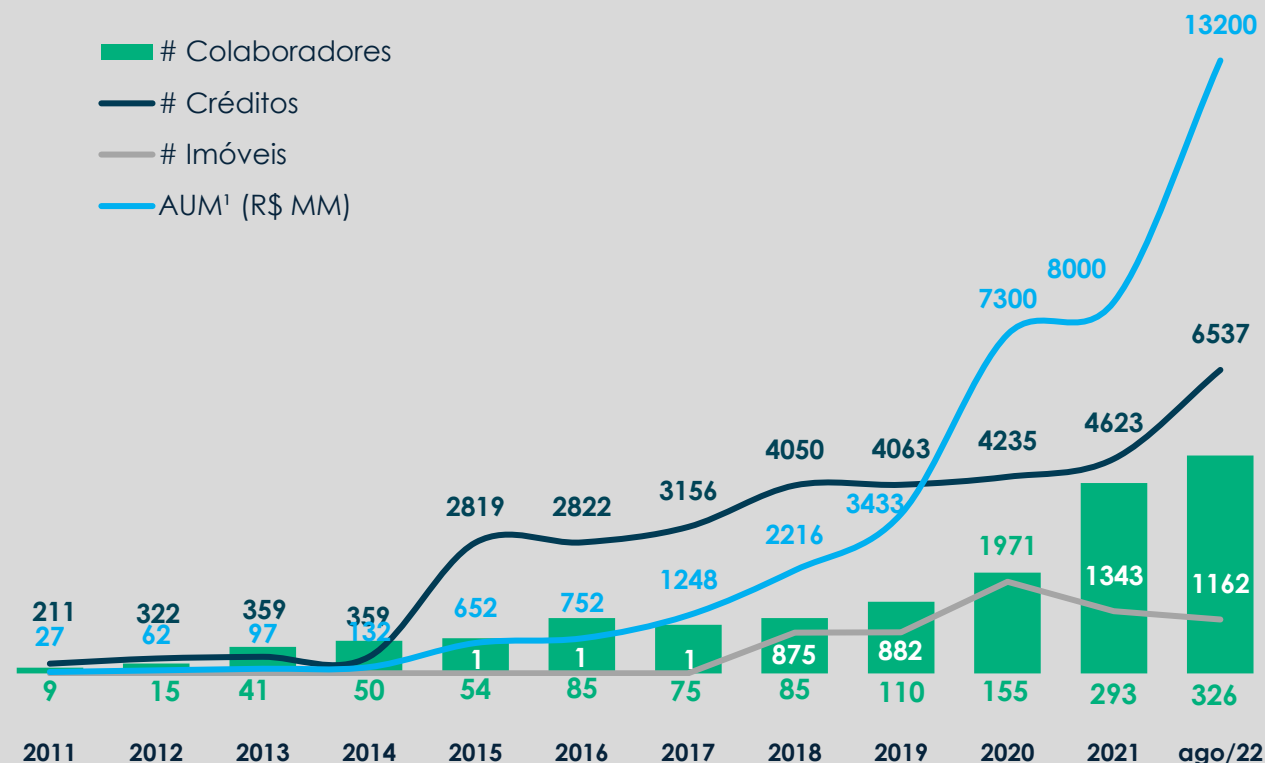


LegalTech focada na **análise de dados jurídicos** através de **inteligência artificial** em tempo real



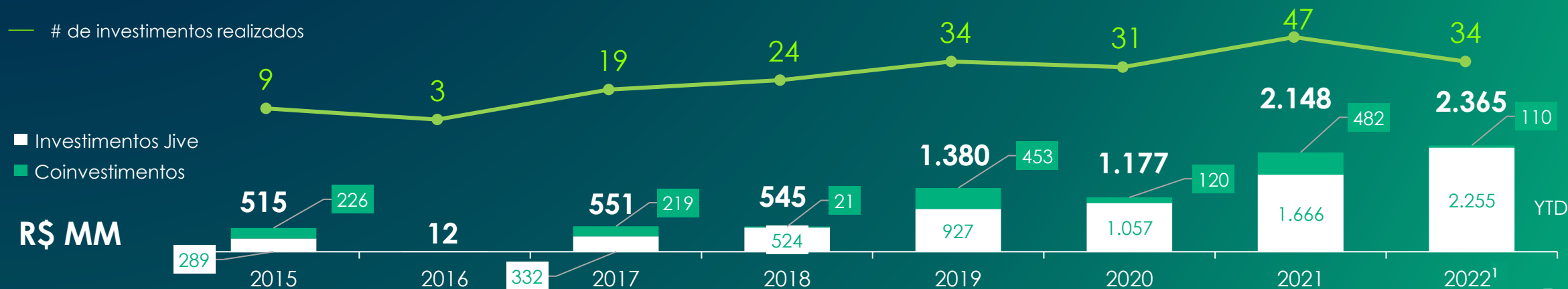
Ecosistema de **pesquisa digital**, voltado a **gestão e recuperação** de ativos através da **investigação patrimonial** e dados jurídicos dos devedores

Investimento contínuo em tecnologia para aumentar capacidade operacional e ganho de escala



Evolução da capacidade de investimento

	FUNDO I	FUNDO II	FUNDO III
TAMANHO DO FUNDO	R\$ 500MM	R\$ 1,75bi	R\$ 4,0bi
	3,5x	2,3x	
INVESTIMENTOS REALIZADOS	R\$ 1.160MM 36 deals	R\$ 2.064MM 77 deals	R\$ 4.571MM 89 deals
	+78%	+121%	
TICKET MÉDIO	R\$ 32,2MM / deal	R\$ 26,8MM / deal	R\$ 44,0MM / deal
PACE DE INVESTIMENTO	R\$ 464MM / ano	R\$ 688MM / ano	R\$ 2,4bi / ano



¹Investimentos realizados até 31/ago/22. Fonte: Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Plataforma única entre *players* de ativos alternativos

	Jive	Player 1	Player 2	Player 3	Player 4	Player 5	Player 6
Teses de Investimento							
<i>Corporate NPL</i>	✓			✓		✓	
<i>Corporate Single Names</i>	✓	✓		✓	✓	✓	
<i>Special Situations</i>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<i>Ativos Judiciais</i>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<i>Imóveis</i>	✓	✓					✓
Tecnologia Proprietária	✓						✓
Time de Servicing Especializado	✓						
Track Record sólido (> 10 anos)	✓	✓					✓
Escalabilidade da plataforma	✓						✓



Oportunidade de Investimento

Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS.

Tradução termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

Teses de Investimento



Corporate NPL

- Portfólios Corporate NPL: carteiras de créditos corporativos inadimplidos de devedores contra bancos
- *Corporate Single Names (NPL)*: crédito inadimplido, de um único devedor, contra bancos, fundos de crédito ou empresas
- *DIP Financing*: financiamento para empresas dentro do processo de recuperação judicial



Crédito Estruturado & Special Sits

- *Turnaround*: financiamento visando a reestruturação da empresa
- Financiamento visando reestruturação societária, M&A ou oportunidades de *leverage buyout*
- Crédito Estruturado: com garantias reais, avais, recebíveis e geração de fluxo de caixa futuro



Real Estate

- BNDU de Bancos e imóveis do governo
- Estoque de incorporadoras
- Ativos não operacionais de companhias em recuperação judicial
- *Sale-lease back* e Retrofits
- Estratégia *value-added/opportunistic*
- Créditos Imobiliários Inadimplidos/ reestruturação



Precatórios & Direitos Creditórios

- Pré-Precatórios
- UPs Eletrobrás
- Precatórios
- Ações entre entidades privadas
- Direitos em arbitragens



Litigation Finance

- Financiamento de litígios que incluem disputas arbitrais e judiciais, nacionais e internacionais, envolvendo *players* do setor privado/ público



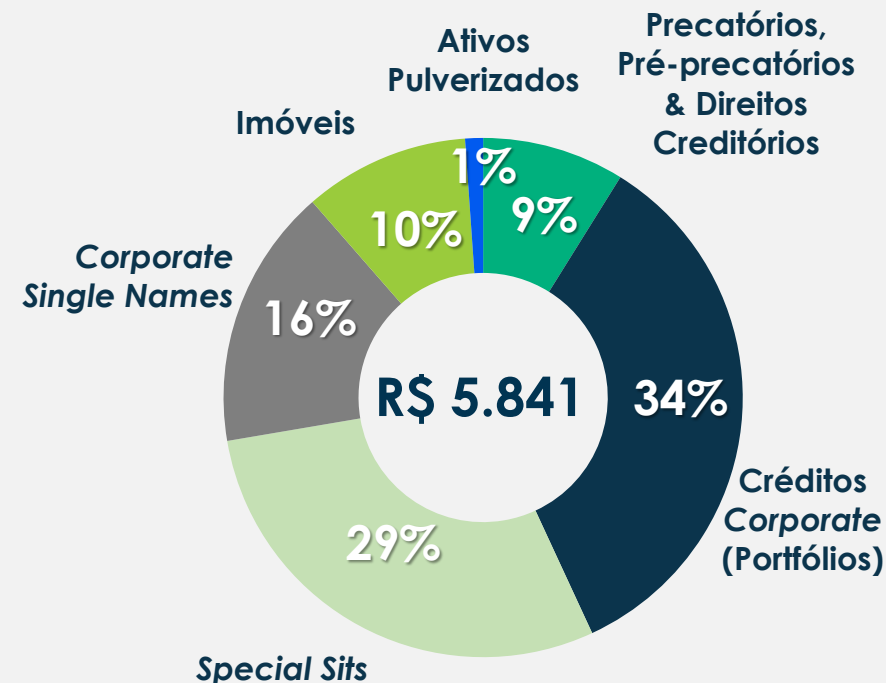
Ativos Pulverizados

- *Fintechs*/Gestoras de crédito
- Securitização de dívida ativa
- Teses consumeristas
- Teses trabalhistas
- Ações coletivas
- Títulos privados
- Cotas de Consórcio

Pipeline de investimentos¹

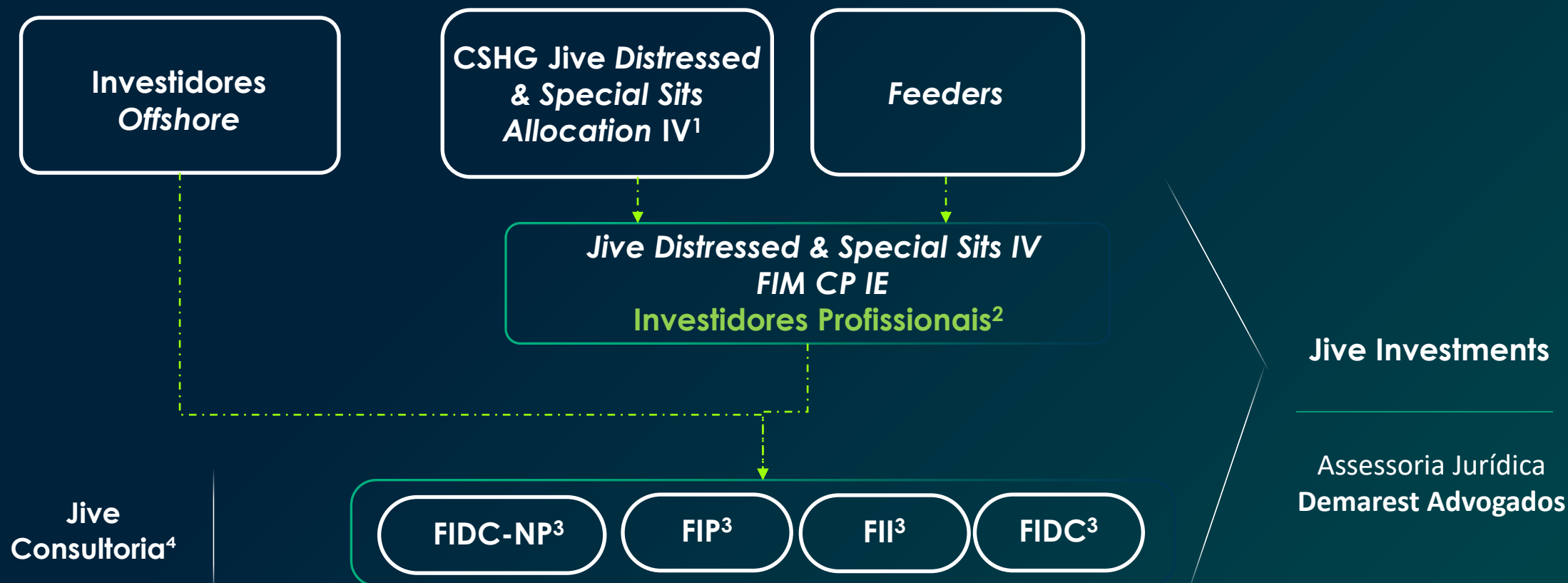
Estratégia	Descrição	Valor de Investimento (R\$ MM)
Créditos Corporate (Portfólios)	Portfólio com mais de 100 créditos de banco de grande porte	2.291
	Portfólio de 2 a 20 créditos de banco de grande porte	
	Portfólio de 20 a 100 créditos de banco de médio porte	
	Portfólio com mais de 100 créditos de empresa	
	Portfólio de 20 a 100 créditos de empresa	
Special Sits	Transações Special Sits	1.706
Single Names	Transações Single Names	949
Imóveis	Operações imobiliárias com banco de grande porte	612
	Operações de compra de estoque de imóveis	
	Operações imobiliárias com empresa	
Precatórios, Pré-precatórios & Direitos Creditórios	Precatórios Federais	658
	Ações judiciais	
	Outros ativos – direitos creditórios	
Ativos Pulverizados	Cotas de Consórcio	65
	Transações oportunísticas	
	Precatórios de pequeno valor	
Total		5.841

BREAKDOWN POR CLASSE DE ATIVO



¹A lista preliminar indicada faz parte do trabalho da Jive Investments de prospecção de novas oportunidades de negócio. Não há qualquer instrumento vinculante que obrigue a Jive, ou as respectivas contrapartes, a concluírem as operações aqui descritas. Se e quando concluídas estas e outras operações, as condições pactuadas poderão não ser as inicialmente consideradas, nem se referirem a cada classe de ativos aqui indicada. Fonte: Jive Investments, 2022. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Estrutura de investimentos inicial



¹CSHG JIVE Distressed & Special Sits Allocation IV Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior.

²JIVE Distressed & Special Sits Fundo De Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior. ³Fundos Alvo, conforme definidos no Regulamento.

⁴Agente de cobrança e/ou consultora especializada, conforme indicado nos respectivos regulamentos. Fonte: Jive Investments, 2022.

RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

CSHG Jive *Distressed & Special Sits* IV FIC FIM IE

Características (1/6)

Fundo	CSHG Jive <i>Distressed & Special Sits Allocation</i> IV Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior
Gestor	Jive Asset Gestão de Recursos Ltda ¹
Administrador e Custodiante	A administração é feita pelo MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sediada no Rio de Janeiro (RJ), na Praia de Botafogo, 501 – Bloco I, 5º andar (parte), 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 36.864.992/0001-42 ²
Distribuidor	MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ² e Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. ³
Prazo do Fundo	6 anos, contados da data da primeira integralização de cotas de quaisquer dos Fundos Consolidador IV, prorrogáveis por até dois períodos de 1 (um) ano cada, a critério do Gestor
Período de Investimento	3 anos, contados da data da primeira integralização de cotas de quaisquer dos Fundos Consolidador IV ⁴
Investimento Mínimo	R\$ 250 mil
Público Alvo	Investidores Profissionais ⁵

¹Sede: São Paulo (SP), na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, 17º andar, 01452-002. ²O Administrador, por si ou suas partes relacionadas, também prestará ao Fundo os serviços de custódia, escrituração e será o distribuidor-líder da oferta. ³Sede: São Paulo (SP), na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700 – 11º, 13º e 14º andares, 04542-000. ⁴Esta data poderá ser antecipada nos termos do Regulamento. ⁵Poderão, nos termos e nas condições estabelecidas pela regulamentação em vigor e conforme aplicáveis, serem aceitas ordens de investimento de: (i) instituições intermediárias ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus controladores e administradores; (ii) empregados, operadores e demais prepostos das instituições intermediárias ou outras pessoas vinculadas à Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iii) demais profissionais que mantenham, com as instituições intermediárias ou outras pessoas vinculadas à Oferta, contrato de prestação de serviços no âmbito da Oferta, inclusive diretamente relacionados com a atividade de intermediação ou de suporte operacional; (iv) cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, das pessoas mencionadas nas alíneas acima; e/ou (v) sociedades e/ou veículos de investimento, inclusive fundos, controlados, direta ou indiretamente, pelas pessoas mencionadas nas alíneas acima (“Pessoas Vinculadas”). Adicionalmente, poderão ser permitidos, e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas, os investimentos por elas realizados, para proteção (hedge) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Cotas como referência (incluindo operações de total return swap), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

CSHG Jive *Distressed & Special Sits* IV FIC FIM IE

Características (2/6)

Taxas de Administração, Performance, entrada e saída

Taxa de Administração: 2% ao ano sobre o capital subscrito, ou o patrimônio líquido do Fundo, conforme artigo 6.1 do Regulamento

Taxa de Performance: 20% do que exceder o capital integralizado no Fundo corrigido por 100% do CDI, conforme artigo 6.7 Regulamento

Não serão devidas taxas de ingresso ou saída pelo Fundo

Chamadas de Capital

Investidores que subscreverem cotas em montante inferior a R\$10 milhões deverão observar o mecanismo de controle de chamadas de capital por meio da disponibilização prévia de recursos no CSHG JIVE *Distressed* IV Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI ("Fundo DI"). O investimento no Fundo DI deverá ser realizado em até 32 dias contados da comunicação da Administradora do Fundo DI, de acordo com as expectativas para chamadas de capital informadas pela Jive

Investidores que subscreverem cotas em montante igual ou superior a R\$10 milhões deverão aportar o montante relativo ao respectivo capital comprometido diretamente no Fundo, em atendimento às chamadas de capital.

As chamadas de capital deverão ser integralizadas: (i) em até 15 dias no caso da primeira integralização, para todos os cotistas, diretamente no Fundo; e (ii) em até 5 dias úteis para as demais integralizações, em ambos os casos contados do recebimento da Notificação de Integralização, conforme definida no Regulamento, observado o mecanismo de controle de chamadas de capital e o prazo de antecedência acima previsto para os investidores a eles sujeitos

Período de Nivelamento

Cotistas que subscreverem após a data da primeira integralização de recursos (Cotistas Subsequentes, nos termos do Regulamento) serão chamados a aportar capital até que os investimentos realizados sejam proporcionalmente iguais aos dos investimentos realizados pelos cotistas que aportaram recursos na integralização anterior (Cotistas Antecedentes, nos termos do Regulamento), e assim sucessivamente

CSHG Jive *Distressed & Special Sits* IV FIC FIM IE

Características (3/6)

No mínimo 95% dos recursos do CSHG Jive *Distressed & Special Sits* IV FIC FIM IE serão investidos em cotas do Jive *Distressed & Special Sits* IV FIM CP IE. A política de investimento do Jive *Distressed & Special Sits* IV FIM CP IE prevê a alocação em veículos de investimento que invistam nos seguintes ativos:

Ativos *Distressed*: (i) os Precatórios e os Pré-Precatórios; (ii) as Ações e Demandas; (iii) os Créditos Corporate; (iv) os Créditos Consumer; e/ou (v) os Outros Ativos *Distressed*

Ativos Imobiliários: (1) Imóveis, direitos reais sobre imóveis, participações societárias, cotas de fundos de investimento, valores mobiliários e/ou instrumentos de securitização atrelados ou relacionados a imóveis (ou direitos reais sobre imóveis) e/ou empreendimentos imobiliários, inclusive por meio de garantias; e/ou (2) recebíveis atrelados ou relacionados a imóveis (ou direitos reais sobre imóveis) e/ou empreendimentos imobiliários

Ativos Situações Especiais: Qualquer Instrumento de Investimento, cujo desembolso, pelo Fundo, diretamente ou por meio dos Fundos Investidos Consolidador IV, ocorra no contexto de situações que gerem retorno para o Fundo e/ou os Fundos Investidos Consolidador IV ou envolva estruturas societárias

Ativos Novas Oportunidades: Qualquer Instrumento de Investimento que (inclusive por meio de equity): (i) seja elegível, nos termos da regulamentação aplicável, para investimento por fundos de investimento; e (ii) não se enquadre na definição de Ativos *Distressed* e/ou Ativos Situações Especiais e/ou Ativos Imobiliários

Limites de alocação¹

- (i) até 50% em Créditos Corporate
- (ii) até 50% em Ativos Imobiliários
- (iii) até 50% em Precatórios e Pré-Precatórios oriundos de litígios contra órgãos e entidades governamentais vinculados à Administração Direta ou Indireta da União Federal
- (iv) até 50% em Ações e Demandas, exceto aquelas mencionadas no inciso (iii) acima, Outros Ativos *Distressed* e/ou Créditos Consumer, observado o previsto pelo Artigo 5.2.5 do regulamento do FIM Consolidador
- (v) até 50% em Ativos Situações Especiais, com exceção dos ativos mencionados no inciso (i) do Artigo 5.2.6 do regulamento do FIM Consolidador; e
- (vi) até 5% em Ativos Novas Oportunidades

Política de Investimento

¹Percentual de alocação do capital subscrito ou do patrimônio líquido, o que for maior. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

CSHG Jive *Distressed & Special Sits* IV FIC FIM IE

Características (4/6)

Política de Investimento

Limite de Concentração por Aquisição¹

Até 25% do capital subscrito por aquisição ou série de aquisições relacionadas

Limites de Concentração por Emissor/Devedor/ Coobrigado

- (i) Até 100% em Ativos Distressed, Ativos Imobiliários e Ativos Situações Especiais – União Federal e/ou demais entes da Administração Federal
- (ii) Até 40% em 40% em Ativos Distressed, Ativos Imobiliários e Ativos Situações Especiais – Empresas estatais controladas pela União Federal ou demais entes da Administração Federal
- (iii) Até 20% em Ativos Distressed, Ativos Imobiliários e Ativos Situações Especiais – Órgãos e entidades governamentais da administração dos Estados, do Distrito Federal e/ou dos Municípios; e
- (iv) Até 10% em Ativos Distressed ou Ativos Situações Especiais – Outros

Investimentos no Exterior

A política de investimento do Jive *Distressed & Special Sits* IV FIM CP IE prevê a alocação de até 30% do Investimento Consolidado em ativos negociados ou emitidos no exterior, desde que direta ou indiretamente relacionados aos Ativos *Distressed*, Ativos de Crédito, Ativos Oportunisticos e/ou Ativos Novas Teses. Tal percentual poderá ser de até 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido, nos termos da regulamentação aplicável

¹Percentual de alocação do capital subscrito ou do patrimônio líquido, o que for maior. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

CSHG Jive *Distressed & Special Sits* IV FIC FIM IE

Características (5/6)

Subscrição e Integralização	As cotas, a serem admitidas à negociação na B3, serão totalmente subscritas pelos cotistas durante o Prazo de Distribuição e serão integralizadas durante o Período de Investimento, por meio de chamadas de capital, na forma prevista no Regulamento e no respectivo compromisso de investimento, pelo Preço de Integralização ¹
Consulta Prévia	Toda e qualquer matéria objeto de assembleia geral do FIM Consolidador e/ou de determinadas assembleias gerais dos Fundos Investidos, de qualquer forma relacionada ao FIM Consolidador, serão deliberadas pelos cotistas do FIM Consolidador em Consulta Prévia aos seus respectivos cotistas. Sempre que o Fundo for convocado a se manifestar em uma Consulta Prévia ² , uma assembleia geral de cotistas do Fundo será convocada para deliberar sobre a sua orientação de voto
Condomínio	Condomínio fechado; portanto, não admite resgate de cotas, exceto no término do prazo, quando haverá sua liquidação, ou na hipótese de liquidação antecipada
Tratamento Tributário	Busca o tratamento tributário de Longo Prazo, vide a página 63 e seguintes deste material. Além disso, leia Regulamento e Fatores de Risco relacionados
Prazo de Distribuição	Até 180 dias, prorrogável nos termos da Instrução CVM 555, contado do dia útil seguinte à data de concessão do registro automático da Oferta pela CVM
Valor Máximo da Oferta	Até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
Valor Mínimo da Oferta	R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

¹Nos termos do Regulamento do Fundo, é o preço de integralização de cada cota, que será correspondente: (i) a R\$1000,00, quando as cotas forem integralizadas na primeira Chamada de Capital; (ii) ao valor de fechamento da cota dos mercados no dia imediatamente anterior à data de envio da Chamada, quando as cotas forem integralizadas após a data da integralização da primeira Chamada, exceto durante o Período de Nivelamento; ou (iii) durante o Período de Nivelamento, ao maior entre: (a) R\$1000,00 atualizado com base em 100% do CDI, aplicado de forma ponderada à proporção do capital comprometido integralizado pelos Cotistas Antecedentes em cada Chamada ocorrida antes do início do Período de Nivelamento, desde a data da integralização de tal Chamada até o dia imediatamente anterior à data de envio da Chamada a ser integralizada pelo Cotista Subsequente; ou (b) o valor de fechamento da cota dos mercados, no dia imediatamente anterior à data de envio da Chamada a ser integralizada pelo Cotista Subsequente, conforme previsto nos respectivos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento. ²Consulta prévia a cada assembleia geral do FIM Consolidador para definir a orientação do voto a ser nela exercido pelos cotistas do FIM Consolidador, de acordo com os termos e condições estabelecidos pelos respectivos regulamentos, observado que a deliberação derivada da Consulta Prévia gerará uma orientação de voto única para os cotistas do FIM Consolidador na assembleia geral do FIM Consolidador. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

CSHG Jive *Distressed & Special Sits* IV FIC FIM IE

Características (6/6)

Amortização	O Fundo não poderá realizar amortizações durante os 2 primeiros anos do Prazo do Fundo. Decorrido tal prazo, durante o Período de Investimento, as Cotas poderão ser amortizadas a qualquer tempo, a exclusivo critério do Gestor. Após o Período de Investimento, as Cotas deverão ser amortizadas sempre que houver uma distribuição de rendimentos, a qualquer título, do FIM Consolidador ao Fundo, nos termos dos respectivos Regulamentos
Classe do Fundo	Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado
ANBIMA	Nível 1 como “Multimercado”, no Nível 2 como “Alocação” e no Nível 3 como “Dinâmico” <i>Suitability</i> : Fundo Multimercado (complexo), investidor perfil 3

Jive *Distressed & Special Sits* IV FIM CP IE

Características (1/4)

Fundo	Jive Distressed & Special Sits IV Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior
Administrador e Custodiante	A administração é feita pelo MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sediada no Rio de Janeiro (RJ), na Praia de Botafogo, 501 – Bloco I, 5º andar (parte), 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 36.864.992/0001-42 ¹
Gestor	Jive Asset Gestão de Recursos Ltda ²
Instituição Intermediária e Distribuidor	O Intermediário líder é representado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sediada no Rio de Janeiro (RJ), na Praia de Botafogo, 501 – Bloco I, 5º andar (parte), 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 36.864.992/0001-42
Prazo do Fundo	6 anos, contados da data da primeira integralização de cotas de quaisquer dos Fundos Consolidador IV, prorrogáveis por até dois períodos de 1 (um) ano cada, à critério do Gestor
Período de Investimento	3 anos, contados da data da primeira integralização de cotas de quaisquer dos Fundos Consolidador IV ³
Público Alvo	Investidores Profissionais ⁴

¹O Administrador, por si ou suas partes relacionadas, também prestará ao Fundo os serviços de custódia, escrituração e será o distribuidor-líder da oferta. ²Sede: São Paulo (SP), na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, 17º andar, 01452-002. ³Esta data poderá ser antecipada nos termos do Regulamento. ⁴Poderão, nos termos e nas condições estabelecidas pela regulamentação em vigor e conforme aplicáveis, serem aceitas ordens de investimento de: (i) instituições intermediárias ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus controladores e administradores; (ii) empregados, operadores e demais prepostos das instituições intermediárias ou outras pessoas vinculadas à Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iii) demais profissionais que mantenham, com as instituições intermediárias ou outras pessoas vinculadas à Oferta, contrato de prestação de serviços no âmbito da Oferta, inclusive diretamente relacionados com a atividade de intermediação ou de suporte operacional; (iv) cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, das pessoas mencionadas nas alíneas acima; e/ou (v) sociedades e/ou veículos de investimento, inclusive fundos, controlados, direta ou indiretamente, pelas pessoas mencionadas nas alíneas acima ("Pessoas Vinculadas"). Adicionalmente, poderão ser permitidos, e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas, os investimentos por elas realizados, para proteção (hedge) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Cotas como referência (incluindo operações de total return swap), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Jive *Distressed & Special Sits* IV FIM CP IE

Características (2/4)

Taxas de Administração, Performance, entrada e saída	<u>Não serão devidas taxas de administração, gestão, performance, ingresso ou saída pelo Fundo.</u> Não serão devidas taxas de ingresso ou saída pelo Fundo
Key Person	Manutenção de 3 dos seguintes sócios: (a)(1) Guilherme Ferreira; e/ou (2) Alexandre Cruz ("Sócios A"); e (b) um dos seguintes sócios: (1) Mateus Tessler, e/ou (2) Marcelo Martins; e/ou (3) Diego Fonseca ("Sócios B"). Caso 1 Sócio A deixe de integrar o quadro de administradores da Jive, pelo menos 2 Sócios B deverão permanecer, sendo que pelo menos 1 Sócio A deverá permanecer
Capital Comprometido Jive	O compromisso de investimento da Jive ¹ , na estrutura dos Fundos Jive IV, é realizado por meio do Veículo Offshore, com a subscrição de um valor mínimo de R\$140MM, dos quais R\$60MM terão seu desembolso condicionado à liberação de recursos investidos na estrutura do Fundo III
Coinvestimentos	Oportunidades de investimento que poderão ser oferecidas a investidores por meio de estrutura alinhada com o FIM Consolidador

¹Compromisso de investimento será realizado por meio da Jive, ou de seus sócios, para investimento no Veículo Offshore. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.'

Jive *Distressed & Special Sits* IV FIM CP IE

Características ^(3/4)

Política de Investimento	A política de investimentos do Jive <i>Distressed & Special Sits</i> IV FIM CP IE prevê a alocação em veículos de investimento que invistam nos ativos indicados nas páginas 42 e 43 deste material
Limites de Alocação	Vide página 42 deste material
Investimentos no Exterior	Vide página 43 deste material
Chamadas de Capital	Ao receber uma chamada de capital, os investidores serão obrigados a integralizar, parte ou totalidade das cotas subscritas de acordo com os prazos e critérios previstos no Regulamento
Período de Nivelamento	Cotistas que subscreverem após a data da primeira integralização de recursos (Cotistas Subsequentes, nos termos do Regulamento) serão chamados a aportar capital até que os investimentos realizados sejam proporcionalmente iguais aos dos investimentos realizados pelos cotistas que aportaram recursos na integralização anterior (Cotistas Antecedentes, nos termos do Regulamento), e assim sucessivamente
Amortização	O Jive <i>Distressed & Special Sits</i> IV FIM CP IE realizará amortização de suas cotas a qualquer tempo, a critério do Gestor, durante o Prazo do Fundo, conforme definido no Regulamento

Jive *Distressed & Special Sits* IV FIM CP IE

Características (4/4)

Subscrição e Integralização	As cotas, a serem admitidas à negociação na B3, serão totalmente subscritas pelos cotistas durante o Prazo de Distribuição e serão integralizadas durante o Período de Investimento, por meio de chamadas de capital, na forma prevista no Regulamento e no respectivo compromisso de investimento, pelo Preço de Integralização ¹
Condomínio	Condomínio fechado; portanto, não admite resgate de cotas, exceto no término do prazo, quando haverá sua liquidação, ou na hipótese de liquidação antecipada
Tratamento Tributário	Busca o tratamento tributário de Longo Prazo, vide a página 63 e seguintes deste material. Além disso, leia Regulamento e Fatores de Risco relacionados
Prazo de Distribuição	6 (seis) meses, observado que tal prazo poderá ser prorrogado pelo intermediário líder por meio de envio à CVM de comunicado de não-encerramento, limitado a 24 (vinte e quatro) meses
Valor Mínimo e Máximo da Oferta	Valor Mínimo da Oferta: R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) Valor Máximo da Oferta: R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais)
Classe do Fundo	Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado – Investimento no Exterior
ANBIMA	Nível 1 como “Multimercado”, no Nível 2 como “Alocação” e no Nível 3 como “Dinâmico”. Suitability: Fundo Multimercado (complexo), investidor perfil 3

¹Nos termos do Regulamento do Fundo, é o preço de integralização de cada cota, que será correspondente: (i) a R\$1000,00, quando as cotas forem integralizadas na primeira Chamada de Capital; (ii) ao valor de fechamento da cota dos mercados no dia imediatamente anterior à data de envio da Chamada, quando as cotas forem integralizadas após a data da integralização da primeira Chamada, exceto durante o Período de Nivelamento; ou (iii) durante o Período de Nivelamento, ao maior entre: (a) R\$1000,00 atualizado com base em 100% do CDI, aplicado de forma ponderada à proporção do capital comprometido integralizado pelos Cotistas Antecedentes em cada Chamada ocorrida antes do início do Período de Nivelamento, desde a data da integralização de tal Chamada até o dia imediatamente anterior à data de envio da Chamada a ser integralizada pelo Cotista Subsequente; ou (b) o valor de fechamento da cota dos mercados, no dia imediatamente anterior à data de envio da Chamada a ser integralizada pelo Cotista Subsequente, conforme previsto nos respectivos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os Fatores de Risco.

Fundo DI | Características

Denominação Social	CSHG JIVE <i>Distressed</i> IV Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI
Prazo Fundo	Indeterminado
Tipo Anbima	Renda fixa – duração alta – soberano
Público Alvo	Investidores Profissionais
Objetivo	Possibilitar aos seus cotistas o pontual cumprimento das suas respectivas obrigações relacionadas às Chamadas de Capital, conforme definidas nos Termos e Condições para Investimento do CSHG Jive <i>Distressed & Special Sits</i> IV FIC FIM IE
Tipo de condomínio	Aberto
Administrador/ distribuidor	Administração é feita pelo Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700 – 11º andar (parte), 13º e 14º andares (parte), inscrita no CNPJ sob o nº 61.809.182/0001-30.
Gestora	Credit Suisse Hedging-Griffo Wealth Management S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700 – 11º andar (parte), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 68.328.632/0001-12.
Custodiante	Itaú Unibanco S.A.
Taxa de administração	0,20% a.a. sobre o patrimônio líquido do Fundo DI
Resgate de cotas	Vide capítulo VII do Regulamento
Tributação	Persegue o tratamento tributário de longo prazo



Jive Distressed & Special Sits IV



Inscriva-se
Receba novidades



CLIQUE ABAIXO PARA ACESSAR:



Website
www.jiveinvestments.com

Redes Sociais
Siga nossos perfis



Fatores de Risco (1/11)

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais Investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo do Fundo, Política de Investimento, composição da Carteira e aos Fatores de Risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do FGC ou de qualquer mecanismo de seguro, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas. Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado brasileiro e estrangeiro, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, ainda que o administrador do Fundo mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

Os termos definidos indicados nos Fatores de Risco abaixo têm seu significado indicado no Regulamento.

Recomenda-se a leitura cuidadosa e atenta da seção “Fatores de Risco” dos regulamentos do Fundo, do Fundo Intermediário e do Fundo Investido.

O Fundo está sujeitos aos seguintes Fatores de Risco, dentre outros:”

Risco de Mercado: Na tentativa de atingir seus objetivos de investimento, o Fundo pode incorrer em riscos de mercado, aqui entendidos como variações adversas dos preços dos ativos, e que, eventualmente, podem produzir perdas para o Fundo. Descontinuidades de preços (*price jump*): os preços dos ativos financeiros do Fundo podem sofrer alterações substanciais e imprevistas em função de eventos isolados, podendo afetar negativamente o Fundo. Essas variações adversas podem vir por motivos macroeconômicos (por exemplo, mudança de cenário político e crises internacionais) ou motivos microeconômicos (por exemplo, informações incorretas divulgadas por empresas).

Risco das Aplicações de Longo Prazo: O Fundo poderá investir em títulos de longo prazo para os fins da regulamentação tributária em vigor. A manutenção de títulos longos nas carteiras do Fundo pode causar volatilidade no valor da Cota do Fundo em alguns momentos, podendo, inclusive, ocasionar perdas aos Cotistas.

Risco do Uso de Derivativos: O Fundo poderá realizar operações com derivativos, exclusivamente nas hipóteses mencionadas no Artigo 5.2.12 do Regulamento. Tais estratégias podem ter um desempenho adverso, resultando em perdas patrimoniais para os Cotistas.

Fatores de Risco (2/11)

Risco de Crédito: Os ativos nos quais o Fundo investe oferecem risco de crédito, definido como a probabilidade da ocorrência do não cumprimento do pagamento do principal e/ou do rendimento do ativo. Este risco pode estar associado tanto ao emissor do ativo (capacidade do emissor de honrar seu compromisso financeiro) bem como a contraparte (instituição financeira, governo, mercado organizado de bolsa ou balcão, etc.) de fazer cumprir a operação previamente realizada. O adimplemento das obrigações previstas nos Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais e/ou Ativos Novas Oportunidades está sujeito à capacidade de seus emissores, devedores e/ou coobrigados de honrar os respectivos compromissos de pagamento, inclusive de juros e principal e, ainda, ao sucesso das estratégias judiciais e extrajudiciais de cobrança implementadas pelo Gestor. Alterações nas condições financeiras dos emissores, devedores e/ou coobrigados dos Ativos Distressed, Ativos de Crédito, Ativos Situações Especiais e/ou Ativos Novas Oportunidades, e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, o insucesso das estratégias de cobrança, assim como alterações nas condições econômicas, setoriais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez de tais ativos.

Risco do Investimento no Exterior: O Fundo poderá manter em sua carteira ativos financeiros negociados no exterior ou adquirir cotas de fundos que invistam no exterior. Consequentemente, sua performance pode ser afetada por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais ele invista ou, ainda, pela variação do Real em relação a outras moedas. Os investimentos do Fundo estarão expostos a alterações nas condições política, econômica ou social nos países onde investe, o que pode afetar negativamente o valor de seus ativos.

Risco de Liquidez: O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate de suas Cotas, exceto quando da amortização integral de suas Cotas e/ou liquidação do Fundo, fator este que pode influenciar na liquidez das Cotas, quando de sua eventual negociação no mercado secundário. Além disso, os fundos de investimento que investem direta ou indiretamente em Ativos *Distressed*, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais e Ativos Novas Oportunidades, conforme definidos no Anexo II, têm um mercado secundário reduzido, de forma que os Cotistas poderão ter dificuldades para vender suas Cotas.

Fatores de Risco (3/11)

Risco de concentração e de as estratégias de investimento do FIC-FIM Consolidador Qualificado IV serem independentes em relação às estratégias de investimento do Fundo: O FIC-FIM Consolidador Qualificado IV poderá investir até 100% (cem por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de Fundos Investidos Consolidador IV, em qualquer caso observados os limites de participação máximos admitidos ao FIC-FIM Consolidador Qualificado IV para tais classes de ativo, nos termos da regulamentação aplicável em vigor na data da alocação. Como resultado, estes limites regulatórios poderão fazer com que nem todo compromisso de investimento celebrado pelos demais Investidores Qualificados, para investimento no FIC-FIM Consolidador Qualificado IV, tenha a respectiva chamada de capital realizada e/ou o retorno do investimento realizado pelos cotistas do FIC-FIM Consolidador Qualificado IV no FIC-FIM Consolidador Qualificado IV poderá ser diferente do retorno do investimento realizado pelos cotistas do FIM Consolidador Profissional IV, de forma que as diferentes estratégias de investimento adotadas poderão impactar adversa e diferentemente os Fundos Consolidador IV e, conseqüentemente, o investimento de seus respectivos cotistas.

Risco de Concentração: O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) do seu Patrimônio no FIM Consolidador Profissional IV, que por sua vez poderá investir até 100% (cem por cento) do seu patrimônio em Fundos Investidos Consolidador IV, que poderão investir até 100% (cem por cento) da totalidade do Investimento Consolidado, ou do patrimônio líquido dos Fundos Investidos Consolidador IV, em conjunto, o que for maior no momento da aquisição, conforme aplicável, em Ativos *Distressed*, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais ou Ativos Novas Oportunidades, conforme definidos no Anexo II, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em uma única ou em poucas modalidades de ativos, emissores, devedores e/ou coobrigados.

Política de Administração dos Riscos: O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Gestor mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

Fatores de Risco (4/11)

Risco de Eventos de Nível Pandêmico: A Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), em 11 de março de 2020, e, em 23 de julho de 2022, o surto de varíola de macaco (hMPXV: Human Monkeypox Virus - sigla em inglês) como uma emergência de preocupação internacional. Para conter o avanço destas e outras doenças transmissíveis, reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde, governos ao redor do mundo, inclusive no Brasil, adotaram ou poderão adotar, em níveis diferentes, medidas que incluem restrição, total ou parcialmente, à circulação de pessoas, bens e serviços (públicos e privados, inclusive jurisdicionais, com limitação da atividade forense e suspensão de prazos processuais, e serviços relativos a cartórios de notas, títulos e documentos e registro de imóveis), bem como ao desenvolvimento de determinadas atividades econômicas, inclusive fechamento de determinados estabelecimentos privados e repartições públicas. Adicionalmente, os governos poderão intervir ativamente em suas políticas econômicas, inclusive por meio de regulações e disponibilidade de liquidez, em resposta aos impactos econômicos derivados do avanço das referidas doenças. Esses eventos tiveram ou poderão ter efeito negativo e significativo sobre a economia mundial e, em especial, o Brasil. Eventual recrudescimento do número de infecções e/ou de eventos com maior gravidade, inclusive falecimento, poderá causar, ainda, efeitos negativos, que incluem ou podem incluir: (i) redução no nível de atividade econômica; (ii) desvalorização cambial; (iii) aumento do déficit fiscal e redução da capacidade da Administração Pública de realizar investimentos, realizar pagamentos e contratar serviços ou adquirir bens; (iv) diminuição da liquidez disponível no mercado internacional e/ou brasileiro; e (v) atrasos em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, sobretudo aqueles que não são eletrônicos. Em cenários de propagação de doenças transmissíveis a nível global, é possível haver, como houve com o Coronavírus (COVID-19), redução ou inexistência de demanda pelos ativos investidos direta ou indiretamente pelo Fundo, nos respectivos mercados, devido à iliquidez que lhes é característica, da ausência de mercados organizados para sua negociação ou precificação e/ou de outras condições específicas. Os institutos de caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão, que foram adotados pelos agentes econômicos e reconhecidos por decisões judiciais, arbitrais e/ou administrativas no contexto do COVID-19, poderão voltar a ser novamente adotados para esta e outras doenças, terão o objetivo de eliminar ou modificar os efeitos do inadimplemento ou as condições originais de determinados negócios jurídicos, com frustração da expectativa das contrapartes em receber os valores, bens ou serviços a que fizeram jus, em prazo, preço e condições originalmente contratados. Em decorrência dos impactos causados por estas doenças nos mercados globais, em particular no Brasil, é possível que as contrapartes dos ativos investidos direta ou indiretamente pelo Fundo venham a alegar a ocorrência de caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão, ou eventos com efeito similar, com o objetivo de suspender, eliminar, prorrogar ou modificar suas prestações, ou mitigar os efeitos de mora e inadimplemento, inclusive a cobrança de encargos contratuais, em face dos Fundos Investidos Consolidador IV. Se esta alegação for aceita, total ou parcialmente, por decisões judiciais, arbitrais e/ou administrativas, os Fundos Investidos Consolidador IV poderão sofrer alterações no conteúdo, prazo ou exigibilidade, das prestações contratadas a que fizeram jus no âmbito dos ativos, em comparação com o prazo, o preço e as condições originalmente contratados, ou mesmo a extinção destas prestações, com impacto significativo e adverso na estratégia do Fundo e, consequentemente, no investimento dos Cotistas.

Fatores de Risco (5/11)

Risco de Eventos de Nível Pandêmico (cont.): Finalmente, tais situações podem exigir dos governos o deslocamento de recursos para a contenção dos impactos causados pelas doenças em questão, ou por novas doenças ainda não conhecidas, com aumento do substancial do déficit fiscal, do risco de crédito dos integrantes da Administração Pública, direta ou indireta, e da sua capacidade de realizar investimentos programados, planejar novos, efetuar pagamentos e contratar serviços ou adquirir bens, cujos efeitos são observados até a presente data. Este deslocamento de recursos poderá novamente ocorrer em eventual recrudescimento do número de infecções e/ou de eventos com maior gravidade. Considerando que estes integrantes da Administração Pública são devedores dos Precatórios e Pré-Precatórios, que fazem parte da estratégia de investimento dos Fundos Investidos Consolidador IV, há o risco de os seguintes eventos novamente ocorrerem, de forma similar ou até mais gravosa que a dos efeitos sentidos em 2020, 2021 e até a presente data no caso do COVID-19: (i) iniciativas legislativas no sentido de suspender, prorrogar, criar parcelamentos obrigatórios ou limitar o pagamento anual de Precatórios e Pré-Precatórios; e/ou (ii) haver aumento de inadimplência ou do prazo para pagamento dos valores a que os Fundos Investidos Consolidador IV fizerem jus, sobretudo para fazer frente a desembolsos exigidos para conter os impactos destas doenças, hipótese em que os Fundos Investidos Consolidador IV poderão ver limitados os recursos jurídicos para a cobrança e recebimento dos Precatórios e Pré-Precatórios, afetando negativamente a rentabilidade do Fundo e, conseqüentemente, dos Cotistas.

Risco de liquidez e flutuação de valor dos ativos: Os Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais e Ativos Novas Oportunidades poderão apresentar liquidez reduzida em relação aos demais ativos investidos indiretamente pelo Fundo, tendo em vista o mercado no qual são comercializados. Ainda, o valor de Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais e Ativos Novas Oportunidades poderá aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços, cotações de mercado e eventuais avaliações realizadas. Em caso de queda do valor destes ativos, o Patrimônio Líquido pode ser afetado negativamente, impactando de forma adversa a rentabilidade das Cotas.

Fatores de Risco (6/11)

Risco de execução das garantias: As estratégias de investimento e/ou recuperação, conforme o caso, dos Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais e/ou Ativos Novas Oportunidades integrantes da carteira dos Fundos Investidos Consolidador IV poderão envolver a execução ou cobrança judicial dos títulos representativos de tais ativos. Quaisquer dificuldades na execução de tais títulos poderão impactar negativamente na estratégia do Fundo e, consequentemente, no investimento dos Cotistas. Ainda, há o risco de o juízo responsável pela avaliação da execução da garantia entender que seu objeto seja essencial ao desenvolvimento e à manutenção das atividades do emissor, devedor, coobrigado ou, ainda, terceiro garantidor, sobretudo quando tais devedores se encontrarem em Situação Especial. Ainda, na hipótese de falência do garantidor, o Fundo Investido Consolidador IV, a depender da modalidade de garantia, ficará impedido de executar a garantia e alienar o bem objeto da garantia, sendo obrigado a sujeitar-se a concurso de credores previsto em legislação falimentar. Nesta situação, o Fundo Investido Consolidador IV ficará impedido, total ou parcialmente, ainda que de forma temporária, de obter recursos a partir da alienação do bem objeto da garantia, em prazo, preço e condições desejados, que muitas vezes é o mecanismo planejado pelo Gestor para atingir a liquidez pretendida na aquisição do ativo. Esse fator pode, consequentemente, prejudicar o pagamento de amortização aos Cotistas, nos valores e prazos estimados.

Risco de cobrança de taxas de juros contratadas: O Poder Judiciário brasileiro tem proferido decisões no sentido de que, quando há cessão de crédito por instituições financeiras para fundos de investimento em direitos creditórios – que serão, indiretamente, objeto de investimento pelo Fundo –, os juros por eles cobrados estariam sujeitos à Lei da Usura, a qual veda a estipulação de juros superiores ao dobro da taxa legal em contratos celebrados por instituições não financeiras. Nestas decisões, afirma-se que aplicar-se-ia o artigo 591 do Código Civil Brasileiro, que veda a cobrança de juros acima da taxa legal definida em seu artigo 406. A legislação atualmente em vigor não define expressamente qual a "taxa legal" a que se referem a Lei da Usura e o Código Civil Brasileiro, podendo ela ser o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, ou a SELIC, que é a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. Assim, a cobrança de juros remuneratórios incidentes sobre os ativos investidos direta ou indiretamente pelo Fundo, acima da "taxa legal", poderia ser questionada com base no argumento de que os fundos de investimento não são instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme decisões judiciais recentes. Caso se entenda que a cobrança dos ativos pelo Fundo, ou por seus fundos investidos, conforme o caso, na qualidade de adquirentes, está, de fato, sujeita às disposições da Lei da Usura e do artigo 591 do Código Civil Brasileiro, a expectativa do valor de cobrança do ativo e, consequentemente, a rentabilidade do Fundo, seriam substancialmente reduzidas, com impacto sobre o retorno do investimento pelos Cotistas.

Fatores de Risco (7/11)

Risco de decisões em assembleias de credores serem contrárias aos interesses do Fundo: É possível que o Fundo venha a, indiretamente, adquirir ativos cuja classificação, em um cenário de insolvência, não o habilite a exercer, plenamente, conforme o caso, seus direitos, seja porque sua posição é minoritária no âmbito da classe a que pertença, ou porque a prioridade de seu crédito é inferior à de outros habilitados no âmbito do procedimento de insolvência. Na primeira situação, ainda que vote contrariamente à eventual deliberação, ou se abstenha, o Fundo será vinculado à decisão dos credores que sejam titulares da maioria votante, com possíveis mudanças nos ativos em razão de decisões vinculantes aos participantes de determinada classe ou grupo de credores, inclusive liberação ou redução de garantias, reperfilamento de créditos e repactuação de cronograma ou condições de pagamento, conforme previstos em plano de recuperação judicial ou extrajudicial aprovado pelos credores e homologado pelo juízo. Na segunda, a prioridade atribuída por lei a determinados créditos pode fazer com que o Fundo veja o horizonte de recuperação de seu investimento estender-se ou ficar impossibilitado, total ou parcialmente, dada a ausência de bens suficientes à satisfação da totalidade dos credores, mesmo os que preferem o Fundo no respectivo recebimento. Tais situações poderão ter impactos negativos relevantes para o Fundo e sua rentabilidade, bem como para o Cotista.

Risco de exposição a investimento em participações societárias (equity): Com relação às sociedades emissoras dos Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais, Ativos Novas Oportunidades e/ou Ativos Recuperados, das quais os Fundos Investidos Consolidador IV poderão passar a ser sócios ou acionistas, não há garantias de: (i) bom desempenho; (ii) solvência; (iii) continuidade de suas atividades; (iv) liquidez para a alienação dos Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais, Ativos Novas Oportunidades e/ou Ativos Recuperados; e (v) valor esperado na alienação dos Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais, Ativos Novas Oportunidades e/ou Ativos Recuperados. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados do Fundo. Os pagamentos relacionados aos Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais, Ativos Novas Oportunidades e/ou Ativos Recuperados de emissão de tais sociedades, como dividendos, juros e outras formas de remuneração, podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva sociedade e outros fatores. Adicionalmente, não obstante a personalidade jurídica atribuída a sociedades investidas e a separação patrimonial dela derivada, podem ocorrer situações em que o Fundo seja demandado, inclusive no âmbito de demandas de natureza ambiental, trabalhista e previdenciária, a desembolsar recursos para satisfazer obrigações da própria sociedade investida ou de terceiros, muitas vezes sem nexo de causalidade ou mesmo que a Lei da Liberdade Econômica tenha: (i) reforçado tal separação patrimonial e imposto requisitos adicionais para a desconsideração da personalidade jurídica; e (ii) permitido a limitação de responsabilidade de cotistas em fundos de investimento, conforme vier a ser regulamentada pela CVM. Nestes casos, há risco, inclusive, de os investidores do Fundo, se seu patrimônio líquido tornar-se negativo, terem de desembolsar recursos para fazer frente a tais demandas, não obstante a permissão para limitação de responsabilidade dos cotistas, acima mencionada.

Fatores de Risco (8/11)

Recuperabilidade e liquidez dos ativos dependem do avanço dos processos: Os Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais e/ou Ativos Novas Oportunidades podem ter origem em, ou referir-se a bens oriundos de discussões no âmbito de processos judiciais, arbitrais ou administrativos. Em razão disso, os ritos processuais adotados em processos judiciais, arbitrais ou administrativos podem não acompanhar o Prazo do Fundo, prejudicando ou mesmo obstando o recebimento dos valores referentes aos referidos ativos adquiridos.

Riscos relacionados à existência de contingências nos Ativos Imobiliários: Os Fundos Investidos Consolidador IV podem adquirir Ativos Imobiliários que contenham ônus, inclusive gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza. Tais ônus poderão resultar em restrições ao pleno exercício, pelos Fundos Investidos Consolidador IV, do seu direito de propriedade sobre os respectivos Ativos Imobiliários e gerar contingências negativas, inclusive as de natureza pecuniária ou não-pecuniárias, para os próprios fundos, ou de natureza criminal, para os prestadores de serviços dos Fundos Investidos Consolidador IV ou os sócios e administradores de tais prestadores de serviços. Dessa forma, os Fundos Investidos Consolidador IV podem ser demandados a desembolsar recursos em razão destas contingências, além de não haver garantia de que os Fundos Investidos Consolidador IV poderão exercer plenamente, a qualquer momento, todos os direitos e garantias associados à propriedade dos referidos Ativos Imobiliários. Tais situações poderão ter impactos negativos relevantes para o Fundo e sua rentabilidade, bem como para os Cotistas.

Risco de responsabilidade objetiva por questões dos imóveis e dívidas que acompanham os imóveis: De acordo com a legislação brasileira, certas obrigações relacionadas a bens imóveis têm natureza real sendo, em decorrência disso, transmitidas ao sucessor dos bens imóveis. Entre tais obrigações, incluem-se as de natureza ambiental e de natureza tributária. Tendo em vista a possibilidade de investimento em Ativos Imobiliários localizados em qualquer parte do território nacional, eventuais contingências ambientais, ainda que decorrentes de fatos ocorridos antes da aquisição dos Ativos Imobiliários pelos Fundos Investidos Consolidador IV, podem implicar responsabilidades pecuniárias (indenizações e multas por prejuízos causados ao meio ambiente) para o respectivo fundo, tendo em vista a caracterização de obrigações relativas a danos ambientais como obrigações que são transmitidas aos sucessores. Da mesma forma, podem os Fundos Investidos Consolidador IV ser responsabilizados por obrigações tributárias, como aquelas relacionadas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e às taxas condominiais, conforme o caso, decorrentes de fatos ocorridos em momento anterior à aquisição dos Ativos Imobiliários. Desse modo, os Fundos Investidos Consolidador IV poderão ser responsabilizados por obrigações inadimplidas pelos antigos proprietários dos Ativos Imobiliários, respondendo objetivamente pelo passivo em questão, inclusive perante o Judiciário e autoridades administrativas, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade das Cotas.

Fatores de Risco (9/11)

Risco de dificuldades no término de construções, retrofits etc.: Os Fundos Investidos Consolidador IV poderão ter como estratégia de investimento a aquisição de Ativos Imobiliários que demandem a conclusão das obras e reformas. Tais obras a serem eventualmente implementadas dependem, entre outros fatores, de condições atmosféricas, geológicas, regulatórias e operacionais favoráveis que lhes sejam favoráveis, além da capacidade de execução e coordenação destas atividades pelo Gestor e/ou pelo consultor especializado contratado. Assim, diante de condições desfavoráveis, a conclusão das obras pode atrasar por períodos indeterminados. Além disso, os imóveis que estiverem em fase de reforma estarão sujeitos aos riscos regularmente associados às atividades de construção no setor imobiliário, dentre os quais figuram, sem limitação: (i) mudanças no cenário macroeconômico capazes de comprometer o sucesso de tal imóvel, tais como desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, restrições à concessão de crédito imobiliário a mutuantes, flutuação da moeda e instabilidade política; (ii) alteração de projeto; (iii) despesas ordinárias e custos operacionais, que podem exceder a estimativa original por fatores diversos, fora do controle do Gestor; (iv) possibilidade de interrupção de fornecimento ou falta de materiais e equipamentos de construção, ou, ainda, fatos decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, gerando atrasos na conclusão das reformas; e/ou (v) não obtenção de autorização à reforma por razões condominiais. Em qualquer hipótese, o atraso na finalização ou até inviabilidade do imóvel poderá afetar adversamente as atividades dos Fundos Investidos Consolidador IV e, consequentemente, os resultados do Fundo.

Risco de divergência e/ou alteração na interpretação do Judiciário quanto aos fatos e fundamentos jurídicos: Salvo poucas hipóteses expressamente previstas em Lei, em regra, vigora o livre convencimento de magistrados em relação às questões de fato e de direito debatidas em processos judiciais, ainda que tais questões tenham sido decididas pelos Tribunais Superiores. Não há garantia de que os juízes e Tribunais responsáveis pela condução e pelo julgamento dos processos envolvendo os Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais e/ou Ativos Novas Oportunidades sigam eventuais entendimentos fixados em instâncias superiores. Desta forma, cada demanda poderá ser interpretada de forma única, a depender dos fatos, acervo probatório e fundamentos jurídicos inerentes a cada caso, de forma que não há garantia de que os fundos obterão resultados favoráveis em tais demandas, mesmo quando muito similares a demandas anteriores nas quais foi obtido sucesso. Isso poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Cotistas, ou prolongação dos processos em tempo superior ao estimado pelo Gestor em razão da necessidade de adoção de medidas jurídicas para conformação da decisão proferida nos processos envolvendo os Ativos Distressed, Ativos Imobiliários, Ativos Situações Especiais e/ou Ativos Novas Oportunidades.

Fatores de Risco (10/11)

Risco de ação rescisória: O ordenamento jurídico brasileiro prevê a admissibilidade da ação rescisória, nos termos da legislação aplicável. Eventual suspensão dos efeitos das sentenças que tenham garantido a recuperação de ativos, bem como a rescisão destas decisões, poderá modificar o fluxo de pagamentos relacionados aos investimentos a tais ativos, notadamente Precatórios e Pré-Precatórios, afetando negativamente o desempenho do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Risco de inadimplência de integrantes da Administração Pública: Os Fundos Investidos Consolidador IV poderão adquirir Precatórios e Pré-Precatórios, investir em instrumentos de captação por eles garantidos ou, ainda, de qualquer outra forma, estar sujeitos ao seu desempenho, de forma que o sucesso de tais investimentos dependerá, em especial, da solvência dos integrantes da Administração Pública, a qual pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia e política brasileira e internacional. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses fatores, há risco de medidas legislativas que resultem na suspensão, moratória, parcelamento, prorrogação de prazo ou imposição de limites de pagamento, bem como poderá haver o aumento da inadimplência dos Precatórios e Pré-Precatórios, hipótese na qual os Fundos Investidos Consolidador IV terão restritas as medidas jurídicas para a recuperação do Precatório, afetando negativamente seus resultados do Fundo e/ou provocando perdas patrimoniais.

Alteração de regras sobre precatórios: Os Precatórios são pagos de acordo com a ordem cronológica. Não há como assegurar que a ordem de recebimento dos Precatórios será observada. Também não há como garantir que os devedores de tais Precatórios terão recursos suficientes para honrar todos os seus Precatórios, inclusive os adquiridos pelos Fundos Investidos Consolidador IV. Adicionalmente, a Emenda Constitucional n.º 64, de 4 de fevereiro de 2010, alterou o artigo 100 da Constituição Federal e criou o artigo 97 da ADCT. Dentre outros assuntos, o artigo 97 da ADCT estabeleceu o regime especial para Estados, Distrito Federal e Municípios em mora no pagamento dos Precatórios, por meio do qual o Poder Executivo deve optar por um dos seguintes regimes: regime de prazo determinado de até 15 (quinze) anos do saldo dos Precatórios devidos, acrescido de remuneração da poupança, ou regime de comprometimento mínimo de valores, sem prazo determinado. Por este segundo regime, os Estados e o Distrito Federal destinarão ao pagamento de Precatórios, no mínimo, entre 1,5% (um e meio por cento) a 2% (dois por cento) e os Municípios entre 1% (um por cento) e 1,5% (um e meio por cento) do valor da sua receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do pagamento. Além disso, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados devem ser utilizados para pagamento de Precatórios em ordem cronológica de apresentação. Nos termos do §8º do artigo 97 da ADCT, o valor restante deverá ser utilizado pelo Poder Executivo em outras três formas de liquidação de Precatórios, que poderão ser aplicadas isolada ou simultaneamente, quais sejam, leilões de resgate com deságio, pagamento a vista em ordem única e crescente de valor ou acordo direto com credores.

Fatores de Risco (11/11)

Alteração de regras sobre precatórios (cont.): Não obstante, as Emendas Constitucionais n.º 94, de 15 de dezembro de 2016, e nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que também alteraram o artigo 100 da Constituição Federal e criaram os artigos 101 a 105 da ADCT, dentre outras alterações, implementaram o regime especial para Estados, Distrito Federal e Municípios em mora no pagamento dos Precatórios, dedicaram valores mínimos do orçamento dos entes federativos para o pagamento dos Precatórios, estabeleceram o prazo final de 2024 para que os pagamentos dos Precatórios estejam finalmente ajustados, criaram formas adicionais de pagamento dos Precatórios com o uso de depósitos judiciais, possibilitaram a tomada de empréstimos pelos entes federativos desvinculados da lei de responsabilidade fiscal para quitação de Precatórios, permitiram o pagamento de Precatórios fora da ordem orçamentária com descontos de até 40%, possibilitaram o pagamento dos Precatórios pequenos em detrimento da ordem cronológica, priorizaram o pagamento dos Precatórios alimentícios pertencentes a detentores com doenças terminais ou idosos, impôs parcelamento compulsório de determinados Precatórios entre outras metodologias. Dessa forma, a depender dos Precatórios a que o Fundo indiretamente estiver exposto, não há como garantir a ordem de pagamento, nem se o valor disponibilizado na conta, será suficiente para o pagamento do Precatório adquirido. Ainda, não há garantia de que não será promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando novamente as condições de pagamento de Precatórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos direitos creditórios originados de Precatórios e Pré-Precatórios judiciais poderá afetar negativamente o desempenho do Fundo.

Risco de o Judiciário autorizar compensação de créditos de que o ente da federação é titular em face do cedente, com os Precatórios adquiridos: Há decisões judiciais que autorizam a Administração Pública a promover a compensação, total ou parcial, dos valores a que esta fizer jus em face do titular (original ou adquirente) de Precatórios, com redução do valor recuperável por ele estimado. Se os Fundos Investidos Consolidador IV vierem a ser impactados por decisões desta natureza, haverá redução do valor recuperável estimado pelos Fundos Investidos Consolidador IV com relação aos Precatórios de que forem titulares, com modificação do seu fluxo de pagamentos e impacto negativo sobre o desempenho do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Risco de potencial conflito de interesses: O Gestor, suas partes relacionadas e os fundos em que atuem poderão estar, em determinado momento durante o Prazo do Fundo, perante os mesmos devedores, coobrigados e outras pessoas, em decorrência única e exclusivamente das exceções descritas no Artigo 4.2.4.1 deste Regulamento, em posições diferentes, desde que, na medida em que houver exigência de lei ou regulação, haja segregação de funções entre as diferentes entidades ("chinese wall"). Essas diferentes posições poderão gerar situações de conflito de interesses, o que pode afetar o desempenho do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Tributação (1/3)

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste material e tem por objetivo descrever em linhas gerais o tratamento tributário aplicável aos cotistas e ao Fundo. Pode haver exceções e tributos adicionais, motivo pelo qual os cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo. O Fundo estará sujeito à seguinte tributação:

Imposto de Renda ("IR"): os rendimentos, ganhos líquidos ou de capital auferidos pela carteira do Fundo são isentos de IR; e

Imposto sobre Operações Financeiras com Títulos ou Valores Mobiliários ("IOF/TVM"): estão sujeitos à incidência do IOF/TVM as operações da carteira do Fundo com títulos e valores mobiliários, atualmente à alíquota de 0% (zero por cento). Essa alíquota pode ser majorada pelo Poder Executivo, a qualquer tempo, até o percentual máximo de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

Imposto sobre Operações Financeiras de Câmbio ("IOF/Câmbio"): as operações de conversões de moeda estrangeira para moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas em razão de investimentos realizados pelo Fundo, estarão sujeitas à incidência de IOF/Câmbio. Atualmente, as operações de câmbio, para remessas e ingressos de recursos, relativas às aplicações de fundos de investimento no mercado internacional, nos limites e condições fixados pela CVM, estão sujeitas à alíquota de 0% (zero por cento) de IOF/Câmbio. Essa alíquota pode ser majorada, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente às transações ocorridas após este eventual aumento.

Os cotistas estarão sujeitos à seguinte tributação:

O IR aplicável aos Cotistas tomará por base 3 (três) eventos financeiros que caracterizam a obtenção de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação:

Liquidação das Cotas: na situação de liquidação de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor liquidado e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.

A carteira do Fundo será avaliada, para fins tributários, como de: (i) longo prazo, sendo aquela cujos títulos tenham prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; ou (ii) curto prazo, sendo aquela cujos títulos tenham prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. O cálculo do prazo médio, ao seu turno, deve seguir os preceitos para tanto tal qual previstos na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil ("IN/RFB") 1.585/2015.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, os cotistas do Fundo serão tributados pelo IRF segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,5% (vinte e dois e meio por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (c) 17,5% (dezessete e meio por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) até 720 (setecentos e vinte) dias; e (d) 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias. O IR será retido pela administradora do Fundo.

Tributação (2/3)

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, haverá a incidência do IR na fonte segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,5% (vinte e dois e meio por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; e (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 180 (cento e oitenta) dias. O IR será retido pela administradora do Fundo.

Cessão ou alienação das Cotas: (i) Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas por pessoa física, em transações, fora de bolsa, deverão ser oferecidos à tributação do IR, pago pelo próprio cotista, às seguintes alíquotas: (a) 15% sobre a parcela dos ganhos que não ultrapassar R\$ 5.000.000,00; (b) 17,5% sobre a parcela dos ganhos que exceder R\$ 5.000.000,00 e não ultrapassar R\$ 10.000.000,00; (c) 20% sobre a parcela dos ganhos que exceder R\$ 10.000.000,00 e não ultrapassar R\$ 30.000.000,00; e (d) 22,5% sobre a parcela dos ganhos que ultrapassar R\$ 30.000.000,00. Em transações dentro de bolsa, deverão ser oferecidos à tributação do IR, pago pelo próprio cotista pessoa física, às alíquotas regressivas de 22,5% (vinte e dois e meio por cento) a 15% (quinze por cento), conforme o prazo de investimento e a carteira do Fundo; (ii) Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas por pessoa jurídica, em operações dentro ou fora de bolsa, deverão ser tributados pelo IR como "ganho líquido" às alíquotas regressivas de 22,5% a de 15% como antecipação do IR devido pela pessoa jurídica no final do período de apuração, sendo apurado e pago pelo cotista; (iii) Na hipótese de alienação de cessão ou alienação de Cotas em bolsa, o valor da alienação ficará sujeito à incidência do IR na fonte apurado à alíquota de 0,005%, a ser retido pela fonte pagadora.

Amortização das Cotas: no caso de amortização de Cotas, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas quanto à hipótese de liquidação das Cotas, definidas em função do prazo do investimento do respectivo cotista do Fundo.

Não há garantia de que será aplicável ao Fundo o tratamento tributário dos fundos de longo prazo.

O IR incidente sobre os rendimentos ou ganhos do Fundo, bem como sobre a alienação ou resgate de Cotas, serão considerados: (i) antecipação do devido na declaração, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado; ou (ii) tributação exclusiva ou definitiva, no caso de beneficiário pessoa física ou pessoa jurídica tributada pelo Simples Nacional.

IR dos Cotistas caracterizados como investidores estrangeiros: (a) para investidores estrangeiros em geral: sujeitam-se às mesmas regras tributárias aplicáveis às pessoas físicas residentes no Brasil; (b) para investidores estrangeiros que invistam por meio dos mecanismos autorizados pelo CMN, desde que não residam países com tributação favorecida, tais como definidos em legislação e regulamentação em vigor sobre o tema: (i) em relação aos rendimentos auferidos com a liquidação ou amortização de Cotas, sujeitam-se à alíquota de 15%; e (ii) em relação aos ganhos de capital auferidos com a cessão ou alienação de cotas, sujeitam-se às alíquotas progressivas de 15% a 22,5%, no caso de alienação de Cotas fora de bolsa, e à alíquota de 15% (quinze por cento), na alienação de Cotas em bolsa;

Tributação (3/3)

(c) no caso de Cotistas não residentes que não realizem o investimento de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo CMN, ou que estejam situados em país com tributação favorecida: (i) em relação aos rendimentos auferidos com a liquidação ou amortização de cotas, sujeitam-se às alíquotas regressivas de 22,5% a 15%; e (ii) em relação aos ganhos de capital auferidos com a cessão ou alienação de Cotas, sujeitam-se às alíquotas progressivas de 15% a 22,5% no caso de alienação de Cotas em bolsa; e à alíquota de 25% no caso de alienação por não residentes situados em país com tributação favorecida de Cotas fora de bolsa; e (d) em todos os casos, o IR dos investidores estrangeiros, quando cabível, deve ser retido pela fonte pagadora dos rendimentos assim tributados.

IOF/Câmbio: No caso de Cotista não residente, as operações de câmbio relacionadas ao investimento ou desinvestimento no Fundo gerarão a incidência do IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio encontra-se reduzida a zero no caso das operações para ingresso para aquisição das Cotas do Fundo, bem como para retorno dos recursos investidos. A alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), contudo, a alíquota majorada será cobrada apenas com relação ao fato gerador que ocorrer após a entrada em vigor da alíquota majorada.

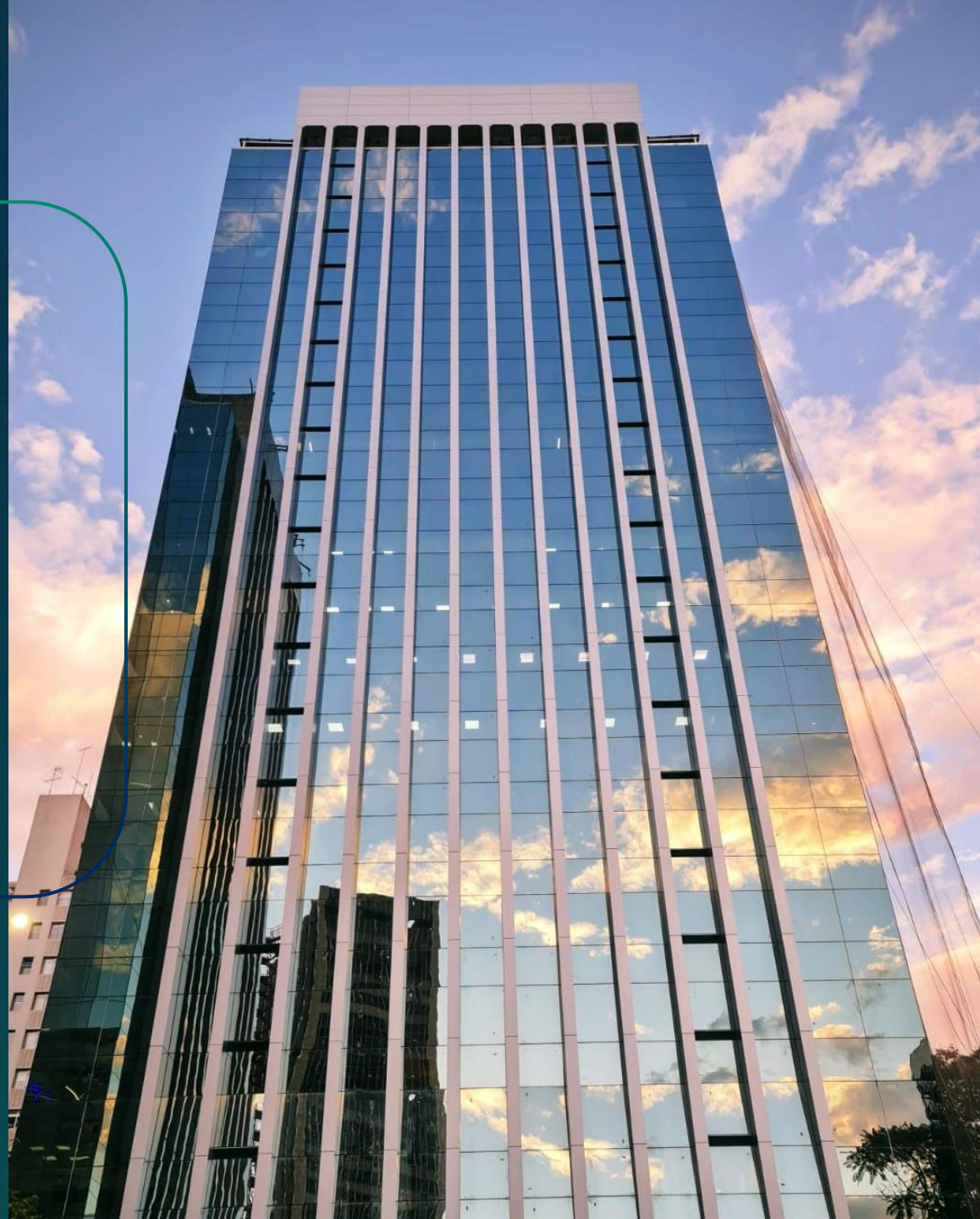
Poderá haver incidência de outros tributos (i.e., IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) ou aplicação de regras de tributação específicas além daquelas acima comentadas, a depender do regime a que esteja submetido cada Cotista, que deverá consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica que sofrerá enquanto Cotista do Fundo.



Apêndice

Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. Análise de investimentos anteriores realizados pela Jive por meio de veículos sob sua gestão. As informações apresentadas a seguir foram elaboradas pela Jive, são exclusivamente para fins ilustrativos e não devem ser consideradas como uma indicação de desempenho futuro para qualquer um dos Fundos sob gestão da Jive. O desempenho passado não é necessariamente indicativo de resultados futuros.

Tradução termos em inglês e siglas encontram-se no glossário pendido no Apêndice deste Material de Divulgação.





Time de Investimento

Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS.

Tradução termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.



Experiência do time de gestão Jive

Alexandre Cruz

Começou a investir em ativos estressados na Neointelligence, empresa em que foi sócio. Antes disso, Alexandre trabalhou na Ernst & Young e no Banco Santander. Formado em Economia pela USP, direito na PUC-SP e com MBA na Fundação Getúlio Vargas.

Guilherme Ferreira

Trabalhou durante 4 anos no Lehman Brothers na mesa de renda fixa, e depois como liquidante da operação do banco na América Latina. Antes disso, Guilherme trabalhou como advogado com foco em direito empresarial no Brasil e em Nova York. Formado em Direito pela USP e mestre em Direito (LLM) pela Columbia University em Nova York.

Mateus Tessler

Trabalhou nas áreas de fusões, aquisições e consultoria em finanças corporativas na Deloitte e em *Private Equity* e *Venture Capital* como gestor de recursos na InvestTech e DLM Investa. Formado em Direito pelo Mackenzie, também completou um curso em Finanças pelo Insper.

Diego Fonseca

Durante 11 anos no Credit Suisse Hedging-Griffo (CSHG), desempenhou cargos como *Managing Director*, *COO* e *Head of Products* para o *Private Banking*. Antes disso, atuou no *Corporate & Investment Bank* do ABN AMRO Bank e na Rio Bravo Investimentos. Bacharel em Administração de Empresas pela EAESP-FGV e em Direito pela USP, possui MBA em *Banking* pela Fundação Dom Cabral e pós-graduação em Direito Tributário pela EDESP-FGV.

Marcelo Martins

Trabalhou por 12 anos em *Private Equity* e Banco de Investimento, tendo trabalhado na Axiom Capital Management, GP Investimentos e no banco Goldman Sachs. Ele também foi co-fundador da Spring Wireless, empresa de tecnologia que teve como investidores a Intel Capital, Goldman Sachs e UBS. Engenheiro Elétrico formado pela UNICAMP e MBA pela Harvard Business School.

Samer Serhan

Possui vasta experiência em bancos de investimento na originação, estruturação e gestão de crédito e renda fixa. Trabalhou por mais de 10 anos no Credit Suisse Brasil na área de *Structuring* do *Investment Bank* (IB), e antes de ingressar na Jive atuou no Santander. Samer é formado em Engenharia Elétrica com ênfase em Computação na Mauá.

Marcelo Santiago

Integrou o Departamento Jurídico do BTG Pactual atuando em estruturas de operações proprietárias e de mercado de capitais envolvendo os mercados de Renda Fixa e Crédito no Brasil e no exterior por 4 anos. Marcelo é formado em Direito pela USP, incluindo um semestre letivo cursado na Universidade de Coimbra (Portugal).

João Oliveira

Trabalhou nas áreas de *Real Estate* e DCM da Fram Capital, e anteriormente, foi responsável pelos investimentos em *Real Estate* de um *family office* por 4 anos. João é formado em Direito pela FAC São Roque.

Pedro Mota

Antes de se juntar à Jive, Pedro foi sócio da Galdino & Coelho Advogados, gerindo áreas de Contencioso Estratégico, Arbitragem e Operações Estruturadas em ambientes de Recuperação Judicial e falências. Pedro também possui experiência em *Litigation Finance* e em operações de financiamento. Pedro é formado em Direito pela UNIRIO e em Direito Corporativo & Mercados de Capital pelo IBMEC. Pedro também possui mestrado em *Comparative and International Dispute Resolution* pela Queen Mary University em Londres.

Bruno Gomes

Trabalhou durante aproximadamente 17 anos no escritório de advocacia Machado Meyer, onde foi sócio da área tributária. Possui vasta experiência em matéria fiscal com ênfase em fusões e aquisições, operações nos mercados financeiro e de capitais, investimentos estrangeiros no Brasil e estruturação de fundos de investimento. Bruno é formado em Direito pela PUC-SP e possui mestrado em direito tributário internacional pela universidade de Leiden, na Holanda.



Exemplos de Investimentos realizados

Análise de investimentos anteriores realizados pela Jive por meio de veículos sob sua gestão. As informações apresentadas a seguir foram elaboradas pela Jive, são exclusivamente para fins ilustrativos e não devem ser consideradas como uma indicação de desempenho futuro para qualquer um dos Fundos sob gestão da Jive. O desempenho passado não é necessariamente indicativo de resultados futuros. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. Tradução dos termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.



Corporate NPL (Portfólio)

HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

- Aquisição de portfólio de créditos originados por um banco nacional de grande porte via processo competitivo
- O portfólio é composto por 8 contratos, reunidos em 4 grupos devedores. Destes, 6 contratos são objeto de cobrança judicial
- A carteira inclui devedores do segmento *middle market*, majoritariamente pequenas e médias empresas de setores como comércio varejista, transporte, indústria de alimentos, entre outros
- O tempo médio esperado para o recebimento dos créditos é de 152 meses
- Há 2 companhias em recuperação judicial ou processo de falência em andamento

¹TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais da Jive e estão sujeitos a alterações substanciais, inclusive por decisões da própria Jive ou em decorrência de fatores exógenos, macroeconômicos, políticos, dentre outros. Os investimentos feitos por meio do Fundo podem ter desempenho substancialmente diferente do desempenho das transações apresentadas. Análises de investimentos anteriores realizados pela Jive por meio de veículos sob sua gestão. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. Tradução dos termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

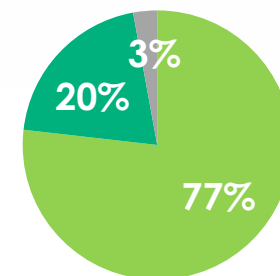
AQUISIÇÃO DE PORTFÓLIO CORPORATE NPL DE GRANDE BANCO BRASILEIRO

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Fevereiro 2022
VALOR DE FACE	R\$ 97,4MM
PREÇO PAGO EM % DO VALOR DE FACE	16,9%
TOTAL INVESTIDO	R\$ 16,4MM
TIR ESPERADA ¹	29% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ¹	3,55x

METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO

- Fluxo de Pagamento
- Real Estate
- Credit Score



Fonte: Jive Investments, 2022.

Corporate Single Name

HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

- Aquisição de crédito inadimplido de banco europeu contra grupo do setor sucroalcooleiro em recuperação judicial
- A dívida que o banco europeu possui é de R\$ 421,6MM, alocados nas classes II, III e extraconcursal
- Em 2019, o Grupo ajuizou pedido de Recuperação Judicial (RJ) motivado pela crise de crédito que assolou o setor sucroalcooleiro em 2007, além dos impactos causados por condições climáticas adversas
- Após a aprovação do plano de RJ, em 2020, ocorreu um deságio sobre o saldo devedor de R\$ 308MM, a ser recebido ao longo de 15 anos
- O crédito adquirido conta com as seguintes garantias compartilhadas (*Intercreditor Agreement*):
 - alienações fiduciárias (imóvel, usinas, equipamentos)
 - hipotecas de 390 imóveis (rurais e urbanos)
 - cessões fiduciárias (contas bancárias, contratos de geração de energia, resíduos de cessão fiduciária, crédito IAA)
- O Plano de RJ prevê as seguintes garantias adicionais:
 - carta de fiança das pessoas físicas (produtores rurais)
 - valores excedentes à venda das UPIs destinados aos créditos extraconcursais
 - alienação de ações de UPI's (Unidade Produtiva Isolada)
- A operação possui *hedge* e a dívida está dolarizada a R\$ 4,25

¹TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais da Jive e estão sujeitos a alterações substanciais, inclusive por decisões da própria Jive ou em decorrência de fatores exógenos, macroeconômicos, políticos, dentre outros. Os investimentos feitos por meio do Fundo podem ter desempenho substancialmente diferente do desempenho das transações apresentadas. Análises de investimentos anteriores realizados pela Jive por meio de veículos sob sua gestão. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. Tradução dos termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

AQUISIÇÃO DE CRÉDITO INADIMPLIDO DE BANCO EUROPEU CONTRA USINA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Abril 2022
VALOR DE FACE	R\$ 340,0MM
PREÇO PAGO EM % DO VALOR DE FACE	16,1%
TOTAL INVESTIDO	R\$ 58,0MM
TIR ESPERADA ¹	20,0% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ¹	2,0x

Fonte: Jive Investments, 2022.

HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

- O grupo, detentor de 3 usinas de açúcar e álcool localizadas no estado de São Paulo, entrou em recuperação judicial em 2019
- O grupo teve seu plano de recuperação aprovado e homologado em dezembro de 2020, onde se comprometeu a pagar R\$ 1 bilhão aos credores até dezembro de 2023. Os recursos do DIP Financing serão destinados a quitação do plano
- Em setembro de 2021, o fundo gerido pela Jive adquiriu um crédito de um grande banco nacional contra o grupo. O financiamento será combinado com a aquisição do crédito, maximizando os retornos combinados
- O grupo emitiu uma Cédula de Produtor Rural Financeira (CPR-F) de R\$435MM, que serviu de lastro para a emissão de duas séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), as quais foram integralmente subscritas por um FIDC que emitiu cotas sênior, mezanino e sub, que foram posteriormente distribuídas em Oferta 476
- O fundo gerido pela Jive, então, subscreveu R\$ 79MM em cotas mezanino e R\$ 6MM em cotas subordinadas
- Após 90 dias da emissão do CRA, encerrará o período de não negociação. As cotas mezanino detidas pelo fundo gerido pela Jive serão amortizadas por meio da dação em pagamento de CRA da série sênior, permitindo maior liquidez ao investimento

¹TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais da Jive e estão sujeitos a alterações substanciais, inclusive por decisões da própria Jive ou em decorrência de fatores exógenos, macroeconômicos, políticos, dentre outros. Os investimentos feitos por meio do Fundo podem ter desempenho substancialmente diferente do desempenho das transações apresentadas. Análises de investimentos anteriores realizados pela Jive por meio de veículos sob sua gestão. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. Tradução dos termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

FINANCIAMENTO PARA EMPRESA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Dezembro 2021
VALOR DE INVESTIMENTO	R\$ 85,0MM
VENCIMENTO	Novembro 2026
REMUNERAÇÃO	CPR-F: CDI+15% a.a. CRA Sênior: CDI+7,5% a.a. Cota Sênior e Mezanino: CDI+7,5% a.a.
TIR ESPERADA ¹	DIP: 20,4% a.a. DIP + Crédito: 26,85% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ¹	DIP: 1,50x DIP + Crédito: 1,49x

Fonte: Jive Investments, 2022.

HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

- Aquisição de 7 lajes corporativas em obra, em um empreendimento misto AAA a ser desenvolvido por empresa de engenharia na região da Av. Chucri Zaidan, na cidade de São Paulo/ SP
- O desembolso do investimento será feito de acordo com o cronograma de obra
- Seguro Garantia de obra garantindo especificamente nossa torre, além de um Seguro Garantia separado para todo o empreendimento
- Produto elegível a uma saída para um Fundo de Investimento Imobiliário (FII)
- Renda Mínima Garantida ao tomador equivalente a um *yield* de 7,5% a.a. sobre o capital desembolsado
- Investimento será pago em 18 parcelas mensais, sendo que o primeiro desembolso foi de R\$ 4,95MM em maio de 2021

¹TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais da Jive e estão sujeitos a alterações substanciais, inclusive por decisões da própria Jive ou em decorrência de fatores exógenos, macroeconômicos, políticos, dentre outros. Os investimentos feitos por meio do Fundo podem ter desempenho substancialmente diferente do desempenho das transações apresentadas. Análises de investimentos anteriores realizados pela Jive por meio de veículos sob sua gestão. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. Tradução dos termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

AQUISIÇÃO DE LAJES CORPORATIVAS EM OBRA



Atual



Projeto

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Maio 2021
VALOR DE FACE	R\$ 155,0MM
PREÇO PAGO EM % DO VALOR DE FACE	66,0%
TOTAL INVESTIDO	R\$ 102,6MM
TIR ESPERADA ¹	66,0% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ¹	1,3x

Fonte: Jive Investments, 2022.

HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

- Aquisição da parcela incontroversa de precatório relacionado a uma ação indenizatória decorrente da desapropriação indireta de uma área urbana pelo município de Caxias do Sul (RS)
- O ativo se refere a uma área urbana de propriedade familiar, de 62.730m² que, em 1960, foi declarada de utilidade pública pelo município. Na época, os proprietários concordaram em doar ao município a área de 57.000m², com alguns encargos
- Tal ato foi formalizado por meio da escritura pública de doação. Com o descumprimento dos encargos acordados pelo município, os proprietários ajuizaram, em 1975, uma ação reivindicatória contra o município
- A ação reivindicatória passou a ser tratada como indenizatória decorrente de desapropriação indireta do imóvel, tendo em vista que a devolução do imóvel não seria possível em virtude de invasão e consequente desenvolvimento de um bairro nos limites internos do imóvel
- O precatório foi expedido e está sujeito ao regime geral de pagamento

¹TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais da Jive e estão sujeitos a alterações substanciais, inclusive por decisões da própria Jive ou em decorrência de fatores exógenos, macroeconômicos, políticos, dentre outros. Os investimentos feitos por meio do Fundo podem ter desempenho substancialmente diferente do desempenho das transações apresentadas. Análises de investimentos anteriores realizados pela Jive por meio de veículos sob sua gestão. Leia o Regulamento antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os Fatores de Risco. Tradução dos termos em inglês e siglas encontram-se no glossário despendido no Apêndice deste Material de Divulgação.

AQUISIÇÃO DE PRECATÓRIO MUNICIPAL REFERENTE A ÁREA URBANA DE PROPRIEDADE FAMILIAR

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Junho 2021
VALOR DE FACE	R\$ 455,9MM
PREÇO PAGO COMO % DO VALOR DE FACE	14,4%
TOTAL INVESTIMENTO	R\$ 65,7MM
TIR ESPERADA ¹	24,6% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ¹	7,7x

Fonte: Jive Investments, 2022.

Glossário (1/3)

Os presentes slides objetivam esclarecer a terminologia utilizada ao longo deste Material de Divulgação, bem como uniformizar os termos definidos aqui empregados com aqueles utilizados no Regulamento do Fundo e Acordo de Investimento:

- **AUM:** *Assets Under Management* é o volume financeiro dos ativos sob gestão
- **BNDU:** Bens Não de Uso Próprio é um ativo não financeiro mantido para venda. Normalmente, são veículos ou imóveis recebidos em dação de pagamento, retomados pelos bancos devido à inadimplência no financiamento
- **Breakdown:** uma divisão de informações em partes que juntas compõem o todo
- **Cash on cash:** majoritariamente utilizado no mercado imobiliário, indica o retorno do fluxo de caixa em relação ao valor investido
- **Closing:** significa "Fechamento", refere-se aos períodos de captação do Fundo. No momento da conclusão da captação do Fundo para certos investidores, conclui-se um "closing"
- **Collections:** significa "recebimento", valor que é monetizado e coletado através dos ativos/Fundos
- **Consumer:** "Pessoas Físicas", "PFs", "Varejo".
- **Corporate:** "Pessoas Jurídicas", "PJs", "Atacado".
- **Credit Score:** "Escoragem de Crédito", metodologia de precificação para atribuir valor a um ativo, utilizando como base certas premissas definidas previamente
- **Deal:** "investimento", "oportunidade de investimento", "ativo"
- **CVM:** Comissão de Valores Mobiliários, comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma entidade autárquica, em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, com a finalidade de disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários.
- **Deployment:** "Desembolso"
- **DIP Financing:** Financiar empresas no âmbito da recuperação judicial tendo prioridade no recebimento a outros credores
- **Distressed:** "Estressado", pode se referir a Classe de Ativo ou à uma situação do mercado / companhia
- **Due Diligence:** "diligência", denomina o procedimento de estudo e investigação de diferentes fatores, tendo como objetivo analisar possíveis riscos que a mesma possa trazer
- **Equity:** se refere ao Capital Social da empresa. Investimentos em equity são equivalentes aos investimentos em ações de determinada empresa
- **Facilities:** time responsável pela manutenção da infraestrutura da empresa, dando suporte aos serviços necessários para a otimização da rotina de trabalho, como limpeza, segurança, infraestrutura, tecnologia e outros
- **FED:** O Sistema de Reserva Federal ("FED") é o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos.
- **Fundo I:** Jive Distressed Fundo De Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento No Exterior (CNPJ: 20.468.380/0001-09).
- **Fundo II:** Jive Distressed II Fundo De Investimento Multimercado Crédito Privado (CNPJ: 22.380.316/0001-99).
- **Fundo III:** Jive Distressed III Fundo De Investimento Multimercado - Crédito Privado (CNPJ: 35.819.708/0001-53).
- **Financing:** "Financiamento"
- **Fintech:** termo que surgiu da união das palavras financeira e *technology*, se tratando da tecnologia e inovação aplicados na solução de serviços financeiros e que competem diretamente com o modelo tradicional ainda prevalente do setor
- **Hedge:** "Cobertura", visa proteger operações financeiras contra o risco de grandes variações de preço de um determinado ativo. Hedge é uma operação que reduz ou elimina o risco com a variação de preços indesejados
- **INCC:** "Índice Nacional de Custo de Construção", calculada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- **Investor Relations:** área de "Relacionamento com Investidores" (RI)
- **IPOs:** "*Initial Public Offering*", primeira oferta pública de ações de uma empresa

Glossário (2/3)

- **Key Person (Membro Chave):** pessoa chave para originação dos Deals e acompanhamento do portfólio
- **Know-How:** “Experiência empresarial”, conhecimento de normas, métodos e procedimentos em atividades profissionais, especificamente as que exigem formação técnica ou científica
- **Legal Claims:** “Direitos Creditórios”
- **Legaltech:** termo que surgiu da união das palavras *legal* e *technology*, se tratando da tecnologia e inovação aplicadas na solução de serviços jurídicos e que competem diretamente com o modelo tradicional ainda prevalente do setor
- **Leverage buyout (LBO):** “aquisições alavancadas”, dizem respeito à aquisição de parte ou da totalidade de um ativo, como por exemplo, uma empresa, com recursos, em sua grande maioria, de terceiros
- **Litigation Finance:** financiamento de litígios judiciais e arbitrais por empresa terceira não vinculada ao litígio
- **M&A:** *Mergers Acquisitions* ou Fusões e Aquisições.
- **Middle market:** mercado de empresas de médio porte
- **Middle-Office:** responsável por receber os dados, estruturá-los para então passar ao back office que irá finalizar a operação. Área possui função análoga a de um analista de dados, realizando cálculos contábeis e de gerenciamentos de riscos
- **NPLs:** Non Performing Loans ou créditos não performantes (inadimplidos)
- **Onboarding:** é o processo de integrar o ativo no processo de gestão
- **Opportunistic:** estratégia de investimento em operações com prêmio pela agilidade no entendimento e desembolso
- **Pace:** “ritmo médio”, pretende dar a ideia de qual o tempo e agilidade dos processos ou do ativo
- **PDD:** “Provisão para Devedores Duvidosos”, é uma reserva/provisão previamente contabilizada por Empresas/Bancos para fazer frente a possíveis futuras perdas incorridas relacionadas a casos de inadimplência
- **PEC:** “Proposta de Emenda à Constituição”, é uma atualização/emenda à Constituição Federal
- **People & Culture:** área de Recursos Humanos (RH)
- **Players:** “jogadores” ou “participantes do mercado”
- **Pricing:** “precificação”, time responsável por realizar/precificar oportunidades de investimento
- **Real Estate (RE):** termo em inglês que se refere a todos os ativos reais, normalmente relacionado com o setor imobiliário
- **Recovery value:** “Valor Recuperável” ou valor de recuperação
- **Retrofit:** projeto que tem como objetivo restaurar ou reformar instalações existentes
- **Royalties:** quantia paga por alguém a um proprietário pelo direito de uso, exploração e comercialização de um bem. São exemplos de bens produtos, obras, marcas e terrenos
- **SAAS (software as a Service):** forma de disponibilizar softwares e soluções de tecnologia por meio da internet, como um serviço
- **Sale-lease Back:** uma espécie de contrato em que a empresa aliena um ativo operacional – normalmente um imóvel – e logo após firma contrato de locação para manter a sua posse
- **Servicing:** Tipo de serviço prestado para a gestão e recuperação dos ativos do Fundo
- **Single Name:** Crédito inadimplido de uma única companhia de médio/grande porte
- **Special Sits/Special Situations:** – Situações Especiais. Ativos de alto risco, pouca liquidez, com um alto potencial de retorno
- **SPU:** Secretária do Patrimônio da União
- **Stress:** “Estresse”

Glossário (3/3)

- **Tail:** Termo que remete aos ativos remanescentes do Fundo, geralmente no final de seu período
- **Track Record:** "Histórico de desempenho", referente aos retornos já realizados, pelo Fundo
- **Turnaround:** estratégia de investimentos direcionada a reestruturação ou recuperação de um negócio em dificuldades
- **UPs:** Unidade monetária padronizada usada para um programa de empréstimo obrigatório do governo (Unidades Padrão)
- **Upside:** cenário positivo para o ativo ou Fundo, melhor do que o cenário base proposto/projetado
- **Value added:** adição de valor
- **Vintage:** é a "safra" do Fundo, ou seja, período em que o Fundo foi investido e que capturou oportunidades do mercado
- **Yield:** Retorno ou taxa
- **YTD:** "Year to Date", ou desde o início do ano até a data presente